

GRUPO SBF

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GRUPO SBF S.A.

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021



SBFG
B3 LISTED NM

CONTEÚDO



Relatório da Administração sobre os resultados consolidados	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	26
Balancos patrimoniais	32
Demonstrações de resultados	33
Demonstrações de resultados abrangentes	34
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	35
Demonstrações dos fluxos de caixa	36
Demonstrações de valor adicionado	37
Notas explicativas às demonstrações financeiras	38



GRUPO SBF

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

4T22 & 2022



GRUPO SBF

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

4T22 & 2022



São Paulo, 02 de Março de 2023

O Grupo SBF S.A. (B3: SBFG3), divulga seus resultados do quarto trimestre de 2022. As Informações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas.



Teleconferência de Resultados



03 de Março de 2023

09h00 (horário de NY)
11h00 (horário de Brasília)
14h00 (horário de Londres)



Acesse em Português



Acesse em Inglês



SBFG

B3 LISTED NM

DESTAQUES



R\$7,9 bilhões de Receita Bruta no ano, +22,9% de crescimento vs 2021



+87,7% de crescimento nas vendas de nike.com.br no ano, totalizando R\$1,4 bilhão (crescimento de 76,7% no 4T22)



Receita Bruta de Centauro atingiu R\$4,3 bilhões no ano, crescendo 19,0% em comparação com 2021



32,5% das vendas do Grupo SBF no 4T22 ocorreram nos canais online, crescimento de +4,5 p.p. em comparação com 4T21 (31,9% no ano, crescendo +5,5 p.p.)



Crescimento de +10,7 p.p. no share de vendas nos canais *direct-to-consumer* da Fisia em 2022, alcançando 52,6% (+7,1 p.p. no 4T22, com share de 56,8%)



Crescimento de 37% nas vendas nos canais *online* do Grupo no período da *Black Friday*



Margem bruta de Fisia alcançou 42,6% no 4T22, crescimento de +6,2 p.p.



9 inaugurações de lojas Nike no 4T22: 6 do modelo *Nike Value* e 3 do modelo *Nike Direct Inline*



Encerramos o ano com 233 lojas Centauro, 239 mil m² de área de venda total e 113 lojas G5 representando 59% da área de venda



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Iniciamos o ano de 2022 sabendo que teríamos um ano desafiador e com passos importantes a serem dados para a construção do ecossistema de esporte. Avançamos em frentes estruturantes e fundamentais para sustentar o crescimento da Companhia como a conclusão de grande parte da integração de Fisia, inclusive com a total internalização tecnológica, as migrações sistêmicas de ERP de Centauro e Fisia e a inauguração de um novo hub logístico em São Paulo. Também exploramos a sinergia entre as empresas do grupo e marcas parceiras do mercado esportivo, realizando ações de estímulo à prática de atividade física, buscando nos aproximar e conhecer cada vez melhor os consumidores do esporte.

A performance do último trimestre de 2022 repetiu o que observamos ao longo do ano: Centauro lidando com desafios que impactaram a rentabilidade e Fisia abrindo novos espaços de mercado com crescimento da receita. Embora Fisia tenha compensado parcialmente o desempenho da Centauro, o resultado anual não atingiu o que planejamos inicialmente. Ainda assim, como Grupo, atingimos nosso recorde de vendas, 23% maior do que no ano anterior, e margem bruta de 47%, maior margem desde 2019, após a pandemia e a incorporação de Fisia.

A principal tese de crescimento e rentabilidade da Fisia, o crescimento dos canais DTC, tem se demonstrado um sucesso. Neste último trimestre, inauguramos mais 9 lojas, 3 Nike *Direct Inline* e 6 Nike *Value Store*, e o resultado observado continua nos dando confiança nessa alavanca. A estratégia de rentabilização da NVS tem sido eficaz, com essa loja apresentando um volume expressivo de vendas e uma rentabilidade atrativa, apesar de praticar preços mais baixos devido à natureza de descontos da loja. Já as NDIS têm se mostrado um bom canal para a venda de produtos de maior valor agregado dentro da coleção, especialmente das categorias *lifestyle* e feminino, performando a melhor margem do grupo. Terminamos o ano de 2022 com 32 lojas e seguiremos a expansão de maneira seletiva em 2023.

A operação digital da Fisia também é uma alavanca que continua demonstrando potencial de crescimento. Além do crescimento de nike.com.br, a migração das vendas de atacado 1P para a modalidade 3P dentro dos canais de *marketplace* resultou em um aumento de margem da Fisia em 2022. Há potencial para a continuação do crescimento de vendas neste canal, gerando ganho de margens.

Mesmo com a migração de parte das vendas para o digital, o canal de atacado apresentou crescimento no quarto trimestre. Acreditamos que a normalização na cadeia global de suprimentos pode gerar um crescimento suplementar, que poderá compensar a migração adicional das vendas para o digital prevista para ocorrer em 2023.

Acreditamos que uma série de fatores impactou o desempenho de Centauro no ano. Apesar das vendas 19% acima do que entregamos em 2021, havíamos planejado um crescimento maior para ano esperando que a cadeia global de suprimentos já estivesse normalizada e que os investimentos estruturais realizados em marketing, logística e tecnologia trariam um retorno maior no ano. Com o crescimento abaixo do planejado, além da necessidade maior de *markdown* que pressionou a margem bruta, também só



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

conseguimos diluir parte dos investimentos estruturais e das despesas semi-variáveis contratadas para suportar um nível de receita mais alto do que o observado, o que acabou impactando a rentabilidade da Companhia.

Em 2023, teremos um foco absoluto na rentabilidade da Centauro com um pragmatismo na projeção de receita e uma racionalização das despesas e margens. Com esse foco para o ano, acreditamos haver espaço para reduzir *markdowns*, investimentos em marketing, especialmente em canais de performance de menor rentabilidade, e modalidades de venda menos eficientes. Também vamos continuar avaliando o portfólio de lojas em busca de ajustes que se façam necessários para alcançar a rentabilidade desejada para o negócio. Centauro tem um potencial enorme, o ajuste da rentabilidade neste ano será fundamental para construirmos as bases para o crescimento deste negócio nos anos seguintes.

Em paralelo, continuamos explorando a expertise das nossas unidades de negócio para ampliar a preferência dos clientes, assim como sua recorrência de compra nos nossos canais físicos e digitais. Por isso, em 2022, atuamos em ações conjuntas com players do mercado para fomentar o esporte no país, aprofundar o contato com o público das categorias mais vendidas e alcançar públicos de categorias que estão ganhando relevância como skate, dança e basquete. Atuamos em ações como o Centauro Fit Festival, evento de dança organizado pela X3M em parceria com Centauro e Fit Dance e patrocinado pela Puma; o Centauro Reveza adidas, circuito de corrida desenvolvido pela X3M e o ASICS Movimenta by Centauro, série de treinos e corridas de rua com foco no público feminino. Além disso, junto ao Parque Ibirapuera em São Paulo, realizamos uma iniciativa combinada entre Centauro e Fisia, para proporcionar para a sociedade novos espaços para a prática esportiva com campo de futebol, quadras de areia e basquete, pista de cooper e uma nova pista de skate da Nike.

O nosso foco em 2023 será em aumentar a rentabilidade do nosso negócio porque sabemos que o resultado de hoje é o que sustenta o crescimento do futuro. O que construimos nos últimos anos nos deixa com uma empresa com um faturamento próximo a R\$8 bilhões, 2,5 vezes maior do que o faturamento de 2019, com um novo negócio - Fisia - que em 2 anos já entrega níveis de rentabilidade superiores ao antecipado e próximos ao da Centauro de 2019. Hoje, temos mais recursos, uma audiência maior e nossos canais digitais juntos já concentram 21% do tráfego online quando consideramos o fluxo online de *e-commerces* de moda, vestuário e calçados. Com o caminho de retomada da rentabilidade da Centauro, o potencial de geração de lucro do Grupo SBF nos deixa animados para o futuro.

Agradecemos aos nossos 35 milhões de clientes e quase 10 mil colaboradores, também aos nossos conselheiros, acionistas e a todas as milhões de pessoas que, de alguma maneira, se conectaram com nossa companhia ao longo de 2022. Seguiremos trabalhando para entregar as melhores experiências e resultados em 2023, gerando cada vez mais negócios e valor para os nossos acionistas e para o esporte no Brasil.

A Diretoria
Grupo SBF



RECEITA BRUTA E INDICADORES OPERACIONAIS

CENTAURO Em R\$ mil	4T22	4T21	Δ(%)	2022	2021	Δ(%)
Receita Bruta^{1 2}	1.433.064	1.307.336	9,6%	4.344.047	3.651.348	19,0%
Lojas Físicas	1.047.939	958.334	9,4%	3.195.245	2.686.187	19,0%
Plataforma Digital	385.125	349.002	10,4%	1.148.802	965.161	19,0%
Vendas Omnichannel	201.107	167.533	20,0%	648.857	521.342	24,5%
<i>Omnichannel - share da venda 1P</i>	<i>14,9%</i>	<i>13,3%</i>	<i>+1,6 p.p.</i>	<i>15,7%</i>	<i>14,8%</i>	<i>+0,9 p.p.</i>
Nº de Lojas – Centauro	233	227	2,6%	233	227	2,6%
Lojas Centauro G5	113	97	16,5%	113	97	16,5%
Área de Vendas - Centauro (m²)	239.300	231.062	3,6%	239.300	231.062	3,6%
Área Total G5 (m ²)	140.636	118.862	18,3%	140.636	118.862	18,3%
FISIA Em R\$ mil	4T22	4T21	Δ(%)	2022	2021	Δ(%)
Receita Bruta¹	1.261.103	962.255	31,1%	4.088.657	3.229.840	26,6%
Atacado	544.943	484.428	12,5%	1.937.897	1.875.478	3,3%
Plataforma Digital	429.681	243.188	76,7%	1.358.276	723.543	87,7%
Lojas Físicas	286.479	234.639	22,1%	792.485	630.819	25,6%
Share vendas DTC	56,8%	49,7%	+7,1 p.p.	52,6%	41,9%	+10,7 p.p.
Nº de Lojas – Nike Value	27	21	28,6%	27	21	28,6%
Área de Vendas – Nike Value (m ²)	30.556	21.807	40,1%	30.556	21.807	40,1%
Nº de Lojas – Nike Direct Inline	5	0	n.a	5	0	n.a
Área de Vendas – Nike Direct Inline (m ²)	3.144	0	n.a	3.144	0	n.a
GRUPO SBF Em R\$ mil	4T22	4T21	Δ(%)	2022	2021	Δ(%)
Receita Bruta¹ Total	2.509.680	2.114.803	18,7%	7.855.839	6.389.593	22,9%
Receita Bruta ¹ Centauro	1.433.064	1.307.336	9,6%	4.344.047	3.651.348	19,0%
Receita Bruta ¹ Fisia	1.261.103	962.255	31,1%	4.088.657	3.229.840	26,6%
(+) <i>Eliminação intercompany²</i>	<i>-184.487</i>	<i>-154.788</i>		<i>-576.866</i>	<i>-491.595</i>	
Share de vendas no digital	32,5%	28,0%	+4,5 p.p.	31,9%	26,4%	+5,5 p.p.

SAME STORE SALES (SSS)



2022 x 2021	4T22	4T21	2022	2021
SSS total (lojas + digital)³	7,4%	9,7%	17,4%	21,8%
SSS loja	4,6%	8,8%	13,5%	34,1%
GMV Digital (1P + 3P) ⁴	14,4%	12,0%	26,6%	-0,1%
<i>GMV - share da venda total</i>	<i>29,0%</i>	<i>28,1%</i>	<i>29,3%</i>	<i>28,2%</i>



2022 x 2021	4T22	2022
SSS total (NVS + digital)³	37,6%	52,4%
SSS Nike Value Store	-2,8%	12,0%
GMV Digital	76,7%	87,7%



(1) Receita bruta excluindo devolução de mercadorias;

(2) Receita bruta da plataforma digital de Centauro ajustada em R\$8,2 milhões no período acumulado de 2022 referente a parte da receita de serviços da plataforma digital que não foi considerada em 1T22. O ajuste de mesmo valor foi realizado na linha de eliminação *intercompany* da receita bruta.

(3) SSS (*Same Store Sales*) significa a variação da nossa receita desconsiderando a receita de lojas fechadas para reforma ou que não haviam sido inauguradas nos meses equivalentes dos dois períodos analisados. **Nossa metodologia não exclui da base lojas fechadas por causa da pandemia;**

(4) GMV ou *Gross Merchandise Value*: receita de venda de mercadorias do canal digital, incluindo *marketplace*.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS



Os resultados **ajustados** desconsideram os efeitos não recorrentes e quando sinalizado com (ex-IFRS) desconsideram também os impactos do IFRS-16 para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

Consolidado Em R\$ mil	4T22	4T21	Δ(%)	2022	2021	Δ(%)
Receita Bruta	2.509.680	2.114.803	18,7%	7.855.839	6.389.593	22,9%
Receita Líquida	1.983.093	1.683.464	17,8%	6.260.707	5.110.462	22,5%
Lucro Bruto	944.126	809.829	16,6%	2.940.931	2.351.611	25,1%
Margem Bruta	47,6%	48,1%	-0,5 p.p	47,0%	46,0%	1 p.p
EBITDA	272.852	249.629	9,3%	749.535	704.342	6,4%
Margem EBITDA	13,8%	14,8%	-1,1 p.p	12,0%	13,8%	-1,8 p.p
Lucro Líquido	140.666	288.477	-51,2%	204.602	497.831	-58,9%
Margem Líquida	7,1%	17,1%	-10 p.p	3,3%	9,7%	-6,5 p.p
Receita Líquida ajustada	1.983.093	1.683.464	17,8%	6.260.707	5.102.436	22,7%
Lucro Bruto ajustado	944.126	790.677	19,4%	2.938.792	2.329.837	26,1%
Margem Bruta ajustada	47,6%	47,0%	0,6 p.p	46,9%	45,7%	1,3 p.p
EBITDA ajustado	226.606	271.023	-16,4%	727.804	709.203	2,6%
Margem EBITDA ajustada	11,4%	16,1%	-4,7 p.p	11,6%	13,9%	-2,3 p.p
Lucro Líquido ajustado	56.670	303.225	-81,3%	157.420	426.483	-63,1%
Margem Líquida ajustada	2,9%	18,0%	-15,2 p.p	2,5%	8,4%	-5,8 p.p
EBITDA ajustado (ex-IFRS)	160.580	209.967	-23,5%	468.936	482.508	-2,8%
Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)	8,1%	12,5%	-4,4 p.p	7,5%	9,5%	-2 p.p
Lucro Líquido ajustado (ex-IFRS)	70.478	313.175	-77,5%	206.493	471.863	-56,2%
Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)	3,6%	18,6%	-15 p.p	3,3%	9,2%	-5,9 p.p
Por Unidade de Negócio Em R\$ mil	4T22	4T21	Δ(%)	2022	2021	Δ(%)
CENTAURO Receita Bruta ¹	1.433.064	1.307.336	9,6%	4.344.047	3.651.348	19,0%
Receita Líquida ajustada	1.148.216	1.058.315	8,5%	3.504.480	2.947.232	18,9%
Lucro Bruto ajustado	534.716	528.077	1,3%	1.678.448	1.452.776	15,5%
Margem Bruta ajustada	46,6%	49,9%	-3,3 p.p	47,9%	49,3%	-1,4 p.p
FISIA Receita Bruta	1.261.103	962.255	31,1%	4.088.657	3.229.840	26,6%
Receita Líquida	968.839	746.487	29,8%	3.206.132	2.536.923	26,4%
Lucro Bruto	412.982	272.095	51,8%	1.300.778	916.986	41,9%
Margem Bruta	42,6%	36,5%	6,2 p.p	40,6%	36,1%	4,4 p.p

(1) Receita bruta da plataforma digital de Centauro ajustada em R\$8,2 milhões no período acumulado de 2022 referente a parte da receita de serviços da plataforma digital que não foi considerada em 1T22. O ajuste de mesmo valor foi realizado na linha de eliminação *intercompany* da receita bruta.



AJUSTES NÃO RECORRENTES



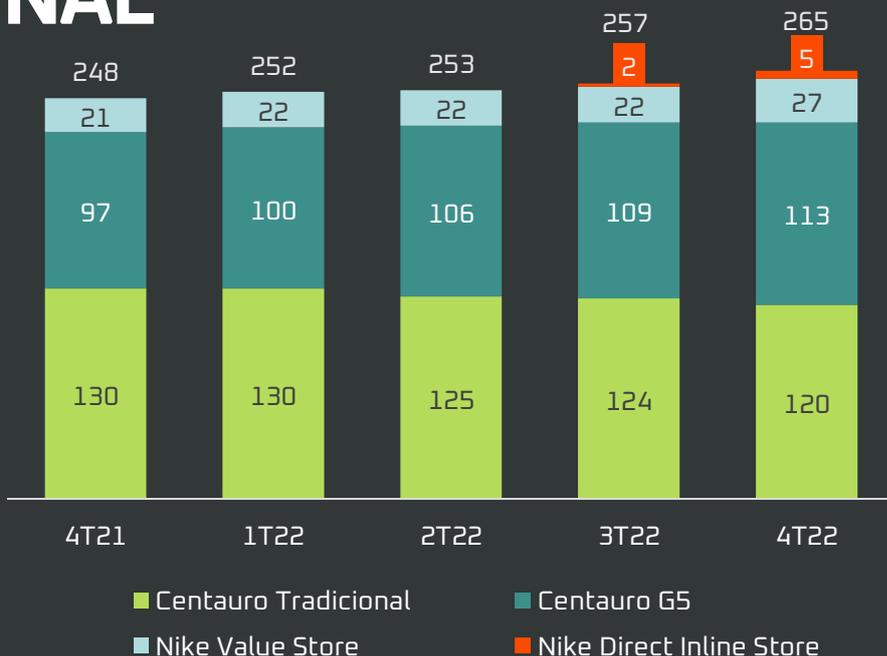
Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes apresentados abaixo para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

GRUPO SBF Em R\$ mil	4T22	2022
Créditos Extemporâneos - Custo das Vendas	0	-2.140
Plano de Opção / Não-caixa	7.556	36.561
Créditos, Débitos e Provisões tributárias - Despesas	-54.866	-64.615
Efeitos Contábeis de Aquisição - Despesas	-3.935	-15.739
Custos de Migrações Sistêmicas	0	13.507
Projeto de Precificação	0	5.697
Outros Contenciosos	5.000	5.000
Impacto dos efeitos não recorrentes no EBITDA	-46.245	-21.730
EBITDA	272.851	749.534
EBITDA Ajustado	226.606	727.804
<i>Margem EBITDA ajustada</i>	<i>11,4%</i>	<i>11,6%</i>
EBITDA (ex-IFRS)	206.825	490.666
EBITDA Ajustado (EX-IFRS)	160.580	468.936
<i>Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)</i>	<i>8,1%</i>	<i>7,5%</i>
Baixa de Ativo por Mudança de Vida Útil	0	926
Efeitos Contábeis de Aquisição - Depreciação e Amortização	4.618	17.391
Resultado Financeiro sobre Créditos, Débitos e Provisões tributárias	-58.109	-58.109
Impacto dos efeitos não recorrentes no Imposto de Renda	15.740	14.341
Impacto dos efeitos não recorrentes no Lucro Líquido	-83.996	-47.182
Lucro Líquido	140.666	204.602
Lucro Líquido ajustado	56.670	157.420
<i>Margem Líquida ajustada</i>	<i>2,9%</i>	<i>2,5%</i>
Lucro Líquido (ex-IFRS)	154.474	253.675
Lucro Líquido ajustado (ex-IFRS)	70.478	206.493
<i>Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)</i>	<i>3,6%</i>	<i>3,3%</i>

DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

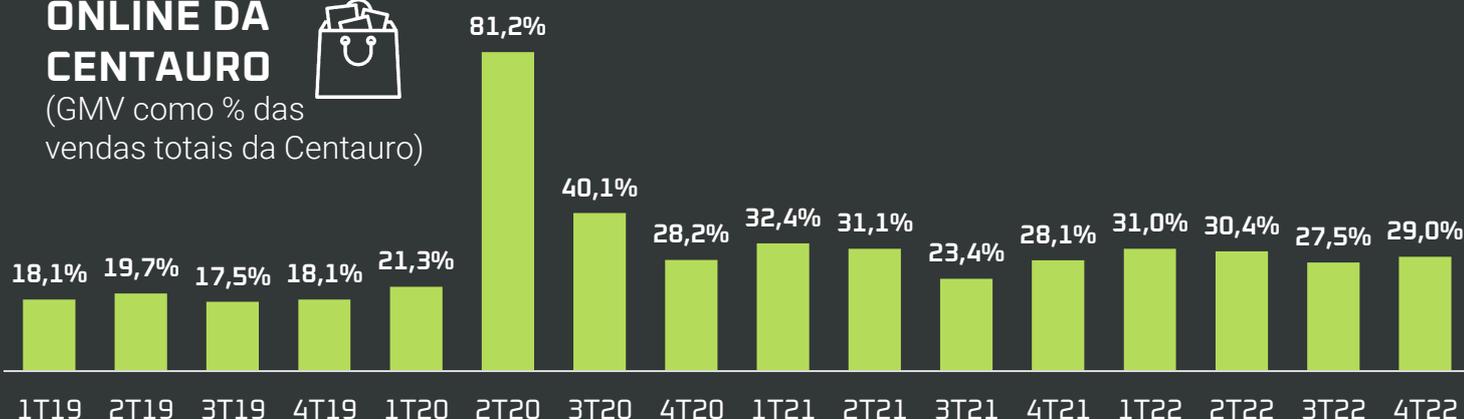


NOSSAS LOJAS

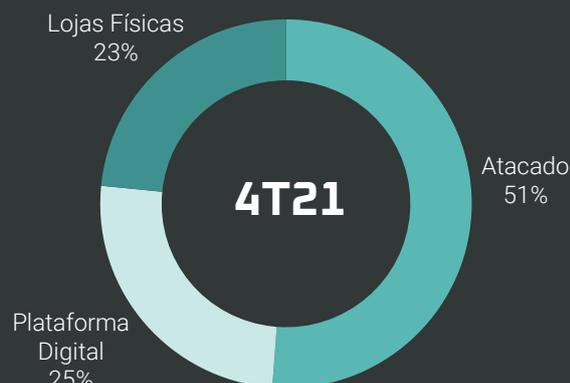
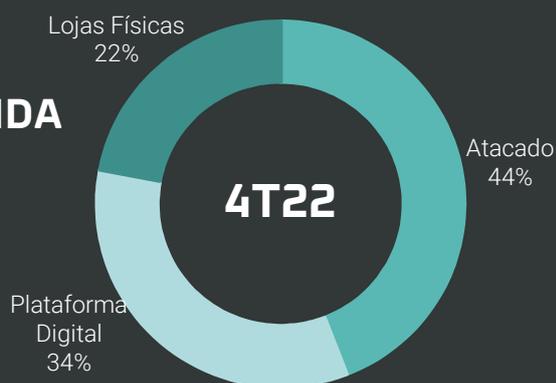


SHARE VENDAS ONLINE DA CENTAURO

(GMV como % das vendas totais da Centauro)



RECEITA LÍQUIDA FISIA POR CANAL





DESEMPENHO FINANCEIRO

- > Conforme sinalizado ao longo desse relatório, os resultados serão explicados **desconsiderando o impacto do IFRS-16** nas Despesas Operacionais, no EBITDA, no Resultado Financeiro e no Lucro Líquido, tanto para o período de 2022 quanto de 2021. Com esse ajuste é possível analisar a companhia considerando a Despesa de Aluguel como Despesa Operacional.
- > Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes listados na **página 07**. Para o ano de 2021, desconsideram-se os efeitos não recorrentes apresentados no release do quarto trimestre de 2021.
- > Os quadros de Receita Líquida e Lucro Bruto estão apresentados por unidade de negócio. Os demais quadros estão apresentados na visão consolidada do Grupo SBF.



RECEITA LÍQUIDA

Em R\$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ(%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ(%)
CENTAURO	1.148.216	1.058.315	8,5%	3.504.480	2.947.232	18,9%
Lojas Físicas	844.969	770.908	9,6%	2.596.549	2.159.798	20,2%
Plataforma Digital	303.247	287.406	5,5%	907.932	787.435	15,3%
FISIA	968.839	746.487	29,8%	3.206.132	2.536.923	26,4%
Atacado	427.911	382.081	12,0%	1.541.403	1.519.423	1,4%
Plataforma Digital	327.806	189.396	73,1%	1.067.406	543.869	96,3%
Lojas Físicas	213.122	175.009	21,8%	597.323	473.631	26,1%
(+) <i>Eliminação intercompany</i>	-133.962	-121.337		-449.905	-381.719	
GRUPO SBF	1.983.093	1.683.464	17,8%	6.260.707	5.102.436	22,7%

CENTAURO

A Receita Líquida das lojas físicas da Centauro atingiu R\$ 845,0 milhões no 4T22, um crescimento de 9,6% em comparação com o 4T21, explicado principalmente pela inauguração de 6 lojas G5 e reforma de outras 10 lojas para o modelo G5 realizadas nos últimos 12 meses, pelo maior nível de *markdowns* no período e pela incorporação de produtos do *marketplace* em nosso estoque estendido (6,8% da venda das lojas foi estoque estendido e 22,4% dessa venda foram produtos *marketplace*). A venda de produtos da Copa do Mundo contribuiu para o crescimento do resultado, porém, diferentemente de Copas passadas, acreditamos que outras categorias foram parcialmente canibalizadas durante o trimestre em razão das vendas desses produtos. Acreditamos também que as vendas foram negativamente impactadas por um cenário macro mais desafiador, com maior endividamento da população e pressão inflacionária, por um mercado concorrencial mais agressivo e por faltas de *best sellers* das marcas causadas pela crise global de *Supply Chain*.

No acumulado do ano, a receita cresceu 20,2%, totalizando R\$ 2,6 bilhões. Além dos fatores já mencionados para o 4T22, contribuíram positivamente para o resultado as 17 aberturas e 19 reformas de lojas G5 durante 2021, as vendas de produtos da Copa durante o 3T22 e uma base de comparação de 2021 ainda impactada por efeitos da pandemia. Já as contribuições negativas adicionais para o resultado anual foram os efeitos de pandemia durante o 1T22 e os impactos da migração de nosso ERP durante o 3T22. Importante ressaltar que essa migração foi completamente finalizada durante o terceiro trimestre e não impactou de nenhuma maneira o resultado do quarto trimestre.

O GMV do digital cresceu 14,4% no 4T22 e 26,6% no acumulado do ano (CAGR de 31,3% vs 2019). A receita líquida da plataforma digital no trimestre apresentou crescimento de 5,5% e de 15,3% em 2022. Como mencionado nas últimas divulgações, a diferença entre o crescimento da receita e do GMV é explicada, principalmente, pelo fim do benefício do DIFAL (Diferença de Alíquota) e pela estratégia da Fisia de migração para 3P, que fez com que parte dos produtos Nike fossem vendidos no *marketplace* da Centauro, que, junto com a estratégia de inclusão de novos *sellers*, resultou no crescimento de 110,9% do *marketplace* no trimestre e 125,7% no ano.

Contribuíram positivamente para o crescimento das vendas a performance da Black Friday, 29% maior que 2021 e o maior nível de *markdowns*. Os impactos negativos, assim como nas lojas físicas, vieram de um mercado mais competitivo e um cenário macro mais desafiador.



RECEITA LÍQUIDA

FISIA

A Receita Líquida de Fisia totalizou R\$ 968,9 milhões no 4T22, um crescimento de 29,8% e R\$ 3,2 bilhões no acumulado do ano, crescendo 26,4%. O crescimento no trimestre foi beneficiado pelas vendas de Copa do Mundo, pela inauguração de 9 novas lojas, pela retomada do faturamento das vendas para o canal de atacado após a conclusão da migração sistêmica, pela migração de vendas do atacado para a venda digital 3P e pela maior *Black Friday* realizada nos canais de *nike.com.br* e nas lojas NVS. A performance negativa do SSS das NVS no trimestre (-2,8%) era esperada e ocorre primordialmente pela mudança de estratégia na operação desse canal visando uma maior rentabilidade através da redução de *markdowns* e do aumento de *share* de produtos *rebuy*.

No ano, além dos efeitos mencionados acima, também favoreceram o crescimento de Fisia em 2022 a estratégia mais assertiva de precificação de produtos, investimentos em *marketing* de performance e a priorização estratégica dos canais DTC.



LUCRO BRUTO

Em R\$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ(%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ(%)
CENTAURO						
Lucro Bruto	534.716	528.077	1,3%	1.678.448	1.452.776	15,5%
<i>Margem Bruta</i>	46,6%	49,9%	-3,3 p.p	47,9%	49,3%	-1,4 p.p
FISIA						
Lucro Bruto	412.982	272.095	51,8%	1.300.778	916.986	41,9%
<i>Margem Bruta</i>	42,6%	36,5%	6,2 p.p	40,6%	36,1%	4,4 p.p
<i>(+) Eliminação intercompany</i>	-3.573	-9.494		-40.435	-39.925	
GRUPO SBF						
Lucro Bruto	944.126	790.677	19,4%	2.938.792	2.329.837	26,1%
<i>Margem Bruta</i>	47,6%	47,0%	0,6 p.p	46,9%	45,7%	1,3 p.p

CENTAURO

Neste 4T22, a margem bruta de Centauro atingiu 46,6%, uma retração de -3,3 pontos percentuais. No ano de 2022, a margem atingiu 47,9%, -1,4 ponto percentual abaixo de 2021. Parte da explicação por essa queda é por dois fatores que impactaram a base do 4T21, que ficou excepcionalmente acima do normal:

- (i) Impacto de 0,7 ponto percentual na margem do 4T21 em razão do fim do benefício do DIFAL (Diferença de Alíquota) no canal digital e;
- (ii) No 4T21, em um cenário de estoques reduzidos, atingimos o maior nível de margem bruta em um quarto trimestre como consequência de um nível mais baixo de *markdowns* durante a Black Friday.

Além disso, no 4T22 impactaram negativamente a margem bruta: o *stock out* de *best sellers* das marcas e de nossas marcas próprias que possuem margens mais altas, maior necessidade de *markdown* e um *share* maior no trimestre das vendas de novembro que historicamente tem níveis mais baixos de margem em razão da Black Friday.

Adicionalmente aos impactos no 4T22 mencionados acima, ao longo de todo o ano enfrentamos uma competição mais agressiva no mercado online implicando na necessidade de um nível de *markdown* acima do praticado em 2021, impacto do DIFAL desde o fim do primeiro trimestre e efeitos pontuais de redução de demanda por produtos de inverno e bicicletas.

FISIA

A margem bruta de Fisia atingiu 42,6% no trimestre, um ganho de 6,2 pontos percentuais. No ano, a margem atingiu 40,6%, um incremento de 4,4 pontos percentuais. Nesse trimestre, novamente a expansão de margem foi beneficiada pela nova estratégia de precificação iniciada no trimestre passado que compensou a pressão cambial ainda observada no custo dos produtos importados. Com isso, assim como no 3T22, é possível observar novamente o efeito concreto da migração para canais DTC, que passaram de 49% para 56% das vendas, e contribuíram para o ganho de margem bruta no trimestre. No acumulado do ano, a base de comparação beneficiada pelo estoque de aquisição em 2021 e a pressão cambial de 2022 foram compensados pelo ganho de share dos canais DTC e pela precificação mais assertiva.



DESPESAS OPERACIONAIS

Em R\$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ(%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ(%)
Despesas Operacionais	-717.520	-519.653	38,1%	-2.210.989	-1.620.634	36,4%
% Receita Líquida	36,2%	30,9%	5,3 p.p	35,3%	31,8%	3,6 p.p
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	-66.026	-61.058	8,1%	-258.867	-226.695	14,2%
Despesas Operacionais (ex-IFRS)	-783.546	-580.711	34,9%	-2.469.855	-1.847.329	33,7%
% Receita Líquida	39,5%	34,5%	5 p.p	39,5%	36,2%	3,2 p.p
Vendas (ex-IFRS)	-645.480	-467.858	38,0%	-2.062.919	-1.555.201	32,6%
% Receita Líquida	32,5%	27,8%	4,8 p.p	33,0%	30,5%	2,5 p.p
Gerais e Administrativas (ex-IFRS)	-140.118	-91.387	53,3%	-419.355	-277.088	51,3%
% Receita Líquida	7,1%	5,4%	1,6 p.p	6,7%	5,4%	1,3 p.p
Outras Receitas/Despesas Operacionais (ex-IFRS)	2.052	-21.466	109,6%	12.419	-15.040	182,6%

 *Despesas operacionais apresentadas excluindo Depreciação e Amortização.

O Grupo SBF apresentou -R\$ 783,5 milhões de Despesas Operacionais (ex-IFRS) no 4T22, aumento de 34,9% comparado ao 4T21. No ano, o aumento foi de 33,7%, totalizando -R\$ 2.469,9 bilhões.

No trimestre, as despesas operacionais (ex-IFRS) como % da receita líquida foram de 39,5%, um aumento de 5,0 pontos percentuais. Houveram três tipos de fatores que contribuíram para esse aumento:

- (i) Aumentos estruturais – causados pela própria dinâmica do negócio ou por necessidades de investimentos essenciais. Os principais impactos foram: o *share* maior dos canais DTC de Fisia, que possui despesas maiores do que o atacado, aumento de *marketing fees* pagos para a Nike Inc e o aumento de gastos com segurança da informação. Esses aumentos representaram 1,9 pontos percentuais e;
- (ii) Aumentos discricionários – decisões de investimentos em linhas específicas de despesas que são consideradas importantes para o crescimento da Companhia, mas que não geraram resultado positivo no curto prazo. Os principais impactos foram: o aumento de despesas de *marketing*, aumento de áreas como *marketing*, logística, Ventures e estratégia, e enquadramentos de salários e benefícios da Companhia. Esses aumentos representaram 2,3 pontos percentuais e;
- (iii) Efeitos extraordinários – os principais impactos são a taxa de administração de cartão, que havia sido cobrada a menos pelas adquirentes nos trimestres anteriores de 2022 e que foi ajustada retroativamente no 4T22, e o impacto de desconto de aluguel no 4T21, ainda herança das negociações da pandemia, que não se replicou no 4T22. Os impactos extraordinários representaram 0,8 pontos percentuais.



EBITDA

Em R\$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ(%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ(%)
Lucro Líquido	56.670	303.225	-81,3%	157.420	426.483	-63,1%
(+) Imposto de renda e CSS	-16.997	127.588	-113,3%	730	157.992	-99,5%
(+) Resultado financeiro líquido	-69.635	-27.551	152,7%	-241.732	-152.927	58,1%
(+) Depreciação e amortização	-83.304	-67.835	22,8%	-329.381	-287.785	14,5%
(=) EBITDA	226.606	271.023	-16,4%	727.804	709.203	2,6%
Margem EBITDA	11,4%	16,1%	-4,7 p.p	11,6%	13,9%	-2,3 p.p
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	-66.026	-61.058	8,1%	-258.867	-226.695	14,2%
EBITDA (ex-IFRS)	160.580	209.967	-23,5%	468.936	482.508	-2,8%
Margem EBITDA (ex-IFRS)	8,1%	12,5%	-4,4 p.p	7,5%	9,5%	-2 p.p

O EBITDA (ex-IFRS) do Grupo atingiu R\$ 160,6 milhões no 4T22 com margem EBITDA de 8,1%, uma contração de -4,4 pontos percentuais de margem em comparação com o resultado do 4T21. Encerramos o ano com um EBITDA de R\$ 468,9 milhões, uma queda de -2,8% quando comparado ao ano de 2021, e margem EBITDA (ex-IFRS) de 7,5%, uma contração de -2,0 pontos percentuais.

A queda da margem EBITDA no trimestre e no ano é justificada pela queda da margem bruta da Centauro, aumento de despesas focadas no crescimento do Grupo SBF e aumento das despesas da Centauro visando um crescimento de receita acima do que foi realizado.

RESULTADO FINANCEIRO

Em R\$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ(%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ(%)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	-69.635	-27.551	152,7%	-241.732	-152.927	58,1%
(+) Despesa Financeira – Direito de Uso (IFRS)	33.013	32.998	0,0%	125.375	116.587	7,5%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas (ex-IFRS)	-36.623	5.446	n.a	-116.357	-36.339	220,2%

A Companhia apresentou Resultado Financeiro (ex-IFRS) de –R\$ 36,6 milhões no trimestre ante R\$ 5,4 milhões no quarto trimestre de 2021. No ano, o Resultado Financeiro (ex-IFRS) foi de –R\$ 116,4 milhões, uma variação de 220,2% quando comparado ao ano de 2021.

O aumento das despesas financeiras líquidas reflete o aumento do endividamento da Companhia, a redução na posição de caixa, o aumento das taxas de juros no período e um menor impacto positivo de juros sobre créditos tributários.



LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

Em R\$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ(%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ(%)
Lucro Líquido	56.670	303.225	-81,3%	157.420	426.483	-63,1%
Margem Líquida	2,9%	18,0%	-15,2 p.p	2,5%	8,4%	-5,8 p.p
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	-66.026	-61.058	8,1%	-258.867	-226.695	14,2%
(+) Depreciação e Amortização – Direito de Uso (IFRS16)	46.821	42.908	9,1%	182.565	174.549	4,6%
(+) Despesas Financeiras – Direito de Uso (IFRS16)	33.013	32.998	0,0%	125.375	116.587	7,5%
(+) Imposto de Renda (IFRS16)	0	-4.900	100,0%	0	-19.062	100,0%
Lucro Líquido (ex-IFRS)	70.478	313.175	-77,5%	206.493	471.863	-56,2%
Margem Líquida (ex-IFRS)	3,6%	18,6%	-15 p.p	3,3%	9,2%	-5,9 p.p

Neste 4T22, o Grupo SBF registrou Lucro Líquido (ex-IFRS) de R\$ 70,5 milhões. No ano, apresentamos um Lucro Líquido (ex-IFRS) de R\$ 206,5 milhões, uma queda de -56,2% quando comparamos com o ano de 2021.

A queda do lucro é explicada pelo aumento de despesas operacionais, pelo aumento das despesas financeiras e por uma base de comparação no imposto de renda de 2021 beneficiada pelo reconhecimento de R\$185,9 milhões de imposto de renda diferido extemporâneo que se encontrava fora do balanço.



CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

Em R\$ mil	31/12/2022	31/12/2021	Δ(%)
Contas a receber	1.715.172	1.330.303	28,9%
Tributos e IR a compensar	574.406	611.081	-6,0%
Estoques	1.737.002	1.042.336	66,6%
Outras contas a receber	81.597	84.279	-3,2%
	4.108.177	3.067.999	33,9%
Outras contas a pagar	180.356	442.552	-59,2%
Fornecedores de revenda	1.561.547	914.294	70,8%
Obrigações tributárias	225.628	134.048	68,3%
Arrendamento a pagar	278.072	195.561	42,2%
Obrigações Trabalhistas	191.851	157.520	21,8%
Outras Obrigações	152.851	20.073	n.a
	2.590.305	1.864.048	39,0%
Capital de Giro Líquido¹	1.517.872	1.203.951	26,1%



(1) Valor referente a 2021 ajustado em relação ao apresentado em 2021 nas linhas do Passivo Circulante

O conceito do Capital de Giro Líquido utilizado se baseia em apurar a diferença entre Passivo Circulante e Ativo Circulante, excluindo Caixa, Dívida e Parcelamento de Tributos e incluindo Antecipação de Recebíveis.

O Grupo SBF apresentou aumento em seu Capital de Giro Líquido, na comparação com o 4T21, aumentando de R\$ 1.203,9 milhões para R\$ 1.517,9 milhões, um crescimento de 26,1%, em linha com o crescimento observado no ano até agora 22,5%.

O aumento de estoque observado no período é justificado por: (i) uma normalização nas cadeias globais de suprimento no trimestre, que resultaram em um alto volume de recebimentos para a Fisia, inclusive de mercadorias programadas para serem recebidas em 2023; (ii) o crescimento dos canais DTC da Fisia, inclusive 3P, que tem uma dinâmica diferente do atacado pois necessitam da formação de um estoque inicial e; (iii) uma venda abaixo do esperado para Centauro no trimestre, que resultou em um acúmulo de estoque acima do desejado e que será ajustado ao longo de 2023.



FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

Em R\$ mil	4T22	4T21	Δ(%)	2022	2021	Δ(%)
EBITDA	272.852	249.629	9,3%	749.535	704.342	6,4%
Depreciação e Juros IFRS 16	-79.835	-75.906	5,2%	-307.941	-291.136	5,8%
Variação Capital de Giro ¹	163.897	200.444	-18,2%	-313.921	-147.116	113,4%
Outros	55.851	-196.597	128,4%	31.241	-62.953	149,6%
Fluxo de Caixa Operacional	412.765	177.570	132,5%	158.913	203.136	-21,8%
M&A	0	0	n.a	-37.669	-48.555	-22,4%
Outros	-152.734	-100.131	52,5%	-341.232	-284.256	20,0%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-152.734	-100.131	52,5%	-378.901	-332.811	13,8%
Dívida ²	-90.370	-80.682	12,0%	149.949	165.731	-9,5%
Antecipação de Recebíveis	0	0	n.a	0	-4.241	n.a
Parcelamento de Impostos	-8.022	-10.288	-22,0%	-39.357	-4.805	n.a
Dividendos	0	0	n.a	-28.637	0	n.a
Capital	83	1.904	-95,6%	6.997	8.042	-13,0%
Fluxo de Caixa de Financiamentos	-98.309	-89.066	10,4%	88.952	164.727	-46,0%
Variação de Caixa Total	161.722	-11.627	n.a	-131.036	35.053	n.a

- (1) Antecipações de recebíveis e parcelamentos de tributos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos;
 (2) Inclui valor líquido entre pagamento e novas captações de dívidas.

O Fluxo de Caixa Operacional foi positivo em R\$ 412,8 milhões no 4T22, impactado principalmente pela geração de caixa natural da Companhia no último trimestre do ano – efeito que é justificado pelo baixo índice de pagamentos à fornecedores no período, dado o PMP médio da Companhia. No 4T21, a linha de Outros foi principalmente impactada pela transferência de créditos de ICMS de Fisica de Curto para Longo Prazo, devido à expectativa de consumo após acesso ao corredor de importação, revertendo o efeito positivo mostrado em 3T21. No 4T22, houve o retorno parcial do Longo para o Curto Prazo destes ativos tributários, impactando a linha de Outros positivamente.

O Fluxo de Caixa de Investimentos foi majoritariamente explicado por investimentos em tecnologia e nas aberturas de lojas do Grupo SBF (Centaur G5 e, para Fisica, Nike Value Store e Nike Direct Inline Store), além dos investimentos em M&As de SBF Ventures ao longo do ano.

O Fluxo de Caixa de Financiamentos manteve-se estável quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, contando os pagamentos de juros sobre empréstimos e debêntures, além dos parcelamentos de impostos estaduais e federais como os mais representativos.



ENDIVIDAMENTO

Em R\$ mil	31/12/2022 ajustado	31/12/2021 ajustado	Δ(%)
(+) Empréstimos e Financiamentos	1.133.562	823.778	37,6%
(-) Caixa e Equivalentes	418.311	549.347	-23,9%
(=) Dívida Líquida	715.251	274.431	160,6%
(+) Antecipação de Recebíveis	0	0	n.a
(+) Parcelamento de Tributos	112.389	151.746	-25,9%
(=) Dívida Líquida Ajustada	827.640	426.177	94,2%
Dívida Líquida Aj./EBITDA Aj. (Últ. 12 meses)	1,14x	0,60x	0,54x
Dívida Líquida Aj./EBITDA Aj. (ex-IFRS) (Últ. 12 meses)	1,76x	0,88x	0,88x

O aumento do saldo de empréstimos e financiamentos do terceiro trimestre de 2022, quando comparados ao mesmo período de 2021, refletem as novas dívidas tomadas para financiar o crescimento da companhia e suas necessidades de investimento.

INVESTIMENTOS - CAPEX

Em R\$ mil	4T22	4T21	Δ(%)	2022	2021	Δ(%)
Novas Lojas	70.521	21.328	230,6%	116.156	75.361	54,1%
Reformas	15.908	25.613	-37,9%	37.820	72.969	-48,2%
Tecnologia e Inovação	33.705	31.830	5,9%	116.715	93.821	24,4%
Logística	20.078	1.084	n.a	31.205	5.954	n.a
Outros	12.522	20.276	-38,2%	39.336	36.151	8,8%
Total Investimentos	152.734	100.131	52,5%	341.232	284.256	20,0%

O CAPEX do 4T22 teve um aumento de 52,5% quando comparado ao 4T21, reflexo do começo da expansão das lojas Nike no Brasil, com 9 inaugurações de lojas dos formatos *Nike Value* e *Nike Direct Inline*, e das 4 reformas de lojas Centauro para o modelo G5 no trimestre, além da aceleração em investimentos em projetos estruturantes de tecnologia e logística.

No ano, o CAPEX apresentou um aumento de 20,0%, refletindo, principalmente, os investimentos em tecnologia, como as migrações sistêmicas do ERP da Centauro e Fisia, a internalização da plataforma digital de *nike.com.br* e a inauguração de novas lojas Nike no país.



BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ mil	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	8.470.247	7.146.492
Circulante	4.526.488	3.617.346
Caixa e equivalentes de caixa	418.311	549.347
Contas a receber	1.711.003	1.301.044
Instrumentos financeiros derivativos	4.169	29.259
Tributos a compensar	525.351	601.308
IR e CS a compensar	49.055	9.773
Estoques	1.737.002	1.042.336
Outras contas a receber	81.597	84.279
Não Circulante	3.943.759	3.529.146
Contas a receber	0	27
Tributos a compensar	146.880	272.981
IR e CS a compensar	93.055	117.127
Mútuos a receber	10.036	0
Ativo fiscal diferido	841.811	756.103
Depósitos judiciais	291.673	148.449
Outros valores a receber	67.727	72.675
Investimentos	5.001	0
Imobilizado	571.951	430.112
Intangível	487.453	403.830
Direito de uso	1.428.172	1.327.842
Passivo	8.470.247	7.146.492
Circulante	2.948.338	2.161.217
Fornecedores	1.561.547	914.294
Empréstimos e financiamentos	86.082	129.733
Debêntures	191.836	77.743
Instrumentos financeiros derivativos	39.612	4.617
Obrigações tributárias	192.684	82.697
IR e CS a recolher	32.944	51.351
Impostos parcelados	47.030	61.056
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	191.851	157.520
Dividendos a pagar	33.085	28.637
Arrendamentos a pagar	278.072	195.561
Outras contas a pagar	140.744	437.935
Outras Obrigações	152.851	20.073
Não Circulante	3.112.055	2.760.640
Empréstimos e financiamentos	81.997	165.260
Debêntures	773.647	451.042
Impostos parcelados	65.359	90.690
Passivo fiscal diferido	0	0
Provisões para contencioso	559.713	619.431
IR e CS diferidos	9.724	0
Arrendamentos a pagar	1.358.170	1.295.100
Outras Obrigações	123.874	122.989
Outras contas a pagar	139.571	16.128
Patrimônio Líquido	2.409.854	2.224.635
Capital social	1.830.524	1.823.527
Reservas de capital	261.528	224.967
Reservas de lucro	331.702	159.770
Ajustes de avaliação patrimonial	-15.157	15.726
Lucros acumulados	1.257	645



FLUXO DE CAIXA

Em R\$ mil	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	204.602	497.831
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	353.780	324.249
Juros	303.459	231.407
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.994	820
Resultado de equivalência patrimonial	-210	0
Pagamento baseado em ações	36.561	30.507
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	-1.927	18.542
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	0	0
Baixa residual arrendamentos	-30	-2.247
Provisão para obsolescência do estoque	46.948	36.293
Ajuste a valor presente, líquido	0	-1.575
Constituição líquida de provisão para contencioso	-18.161	108.965
Créditos tributários (IRPJ e CSLL) relativos aos indêbitos tributários	0	-85.771
Exclusão do ICMS na BC do PIS e da COFINS	0	-39.734
Imposto de renda e contribuição social corrente	127.140	57.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-113.529	-345.239
Descontos sobre arrendamentos	-10.108	-23.765
	930.519	807.973
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	-411.908	-348.627
Estoques	-741.317	-177.154
Instrumentos financeiros derivativos	-5.793	-13.533
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	190.891	234.413
Depósitos judiciais	-143.221	-22.698
Outras contas a receber	9.866	-9.192
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	645.265	252.180
Obrigações tributárias	99.174	-70.825
Parcelamentos de tributos	-44.490	-29.788
Instrumentos financeiros derivativos	34.995	4.617
Contingências pagas	-41.557	-36.669
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	34.156	63.812
Outras contas a pagar	-175.319	18.566
Outras Obrigações	133.663	-29.023
Variação nos ativos e passivos:	-415.595	-163.921
Juros pagos sobre financiamentos	-34.597	-27.191
Juros pagos sobre debêntures	-106.820	-28.395
Juros pagos sobre arrendamentos	-127.402	-115.379
Imposto de renda e contribuição social pagos	-108.002	-66.005
Caixa líq. das atividades operacionais	138.103	407.082
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	-230.266	-187.512
Adições no intangível	-141.455	-101.651
Aquisição de controlada líquida do caixa recebido	-22.160	-220.186
Caixa líq. das atividades de investimento	-393.881	-509.349
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	2.536	17.625
Empréstimos e financiamentos pagos	-207.268	-95.347
Emissão de debentures	496.098	299.039
Arrendamentos Pagos	-134.984	-92.039
Aumento de capital	0	0
Mutuos a receber	6.997	8.042
Dividendos pagos	-10.000	0
Programa de Remuneração de Stock Options	-28.637	0
Caixa líq. das atividades de financiamento	124.742	137.320
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-131.036	35.053
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	549.347	514.295
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	418.311	549.348



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

contábil (c/ IFRS)

Em R\$ mil	4T22	4T21	Δ(%)	2022	2021	Δ(%)
Receita líquida	1.983.093	1.683.464	17,8%	6.260.707	5.110.462	22,5%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-1.038.967	-873.636	18,9%	-3.319.775	-2.758.851	20,3%
Lucro bruto	944.126	809.828	16,6%	2.940.932	2.351.611	25,1%
Receitas (Despesas) Operacionais	-671.275	-560.198	19,8%	-2.191.399	-1.647.268	33,0%
Despesas de vendas	-551.499	-412.500	33,7%	-1.784.804	-1.316.257	35,6%
Despesas administrativas e gerais	-138.715	-127.255	9,0%	-406.410	-299.339	35,8%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	18.940	-20.444	192,6%	-184	-31.672	-99,4%
Depreciação e amortização	-87.922	-72.673	21,0%	-347.698	-301.967	15,1%
Lucro (Prejuízo) operacional	184.929	176.956	4,5%	401.836	402.375	-0,1%
Receitas financeiras	51.330	42.282	21,4%	254.441	185.051	37,5%
Despesas Financeiras	-62.856	-98.340	-36,1%	-438.064	-377.145	16,2%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-11.526	-56.058	-79,4%	-183.623	-192.094	-4,4%
Lucro antes dos impostos	173.403	120.898	43,4%	218.213	210.281	3,8%
IR e CS	-32.737	167.579	-119,5%	-13.611	287.550	-104,7%
Lucro líquido do período	140.666	288.477	-51,2%	204.602	497.831	-58,9%

ajustada (c/ IFRS e não recorrentes)

Em R\$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ(%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ(%)
Receita líquida	1.983.093	1.683.464	17,8%	6.260.707	5.102.436	22,7%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-1.038.967	-892.787	16,4%	-3.321.915	-2.772.599	19,8%
Lucro bruto	944.126	790.677	19,4%	2.938.792	2.329.837	26,1%
Receitas (Despesas) Operacionais	-717.520	-519.653	38,1%	-2.210.989	-1.620.634	36,4%
Despesas de vendas	-585.856	-412.500	42,0%	-1.827.287	-1.346.565	35,7%
Despesas administrativas e gerais	-133.715	-84.334	58,6%	-395.634	-256.223	54,4%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	2.052	-22.819	109,0%	11.933	-17.846	166,9%
Depreciação e amortização	-83.304	-67.835	22,8%	-329.381	-287.785	14,5%
Lucro (Prejuízo) operacional	143.302	203.189	-29,5%	398.423	421.417	-5,5%
Receitas financeiras	21.842	42.282	-48,3%	224.953	167.355	34,4%
Despesas Financeiras	-91.478	-69.833	31,0%	-466.686	-320.282	45,7%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-69.635	-27.551	152,7%	-241.732	-152.927	58,1%
Lucro antes dos impostos	73.667	175.638	-58,1%	156.691	268.491	-41,6%
IR e CS	-16.997	127.588	-113,3%	730	157.992	-99,5%
Lucro líquido do período	56.670	303.225	-81,3%	157.420	426.483	-63,1%

GRUPO SBF



SOBRE O GRUPO SBF

O Grupo SBF é uma empresa de esporte que foi fundada em 1981 e até 2020 atuou no mercado brasileiro com a Centauro, maior varejista de artigos esportivos do Brasil e primeira varejista *omnichannel* do Brasil, com 100% das operações de lojas física e plataforma digital integradas desde de 2018. Em dezembro de 2020, uma nova unidade de negócio passou a integrar o Grupo SBF: a FISIA, representante exclusiva da Nike no Brasil, a maior marca esportiva do mundo. Em fevereiro de 2021, outra unidade de negócio entrou para compor o ecossistema de esporte do Brasil: a NWB, maior plataforma de mídia digital esportiva do Brasil. Ainda em 2021, criamos a SBF Ventures. Em 2022, foi concluído o processo de investimento: na Onefan, um *superapp* para torcedores de clubes de futebol, que permite concentrar serviços e experiências exclusivas; na X3M, empresa especializada na organização de corridas e eventos esportivos e na FitDance, a maior plataforma de dança no Brasil. No Grupo SBF, acreditamos que o esporte transforma vidas, e acordamos todos os dias para impulsionar o esporte no Brasil.

✉ ri.gruposbf.com.br | ri@gruposbf.com.br

 José Salazar

 Daniel Regensteiner

 Luna Romeu

 Nicole Caputo

Aviso Legal

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, às projeções e resultados e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças.





GRUPO SBF



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Grupo SBF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Grupo SBF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SBF S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo SBF S.A. e da Grupo SBF S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

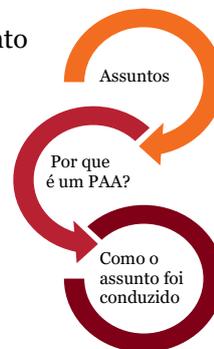
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Grupo SBF S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 4(c) e 12)

As controladas da Companhia possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no valor total de R\$ 841.811 mil.

As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme divulgado na Nota 12. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros.

Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos.

Com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda diferido.

Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros.

Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.



Grupo SBF S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão e passivos contingentes tributários (Nota 13.2 (c))

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas cíveis, trabalhistas e tributários, que surgem no curso normal de seus negócios.

Relativamente às áreas tributária, em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia tinham assuntos em discussão em diversas esferas, para os quais o valor provisionado totalizava R\$ 517.573 mil.

A determinação do valor da provisão acima mencionada, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prazo, prognóstico de perda e valor de liquidação.

Além disso, considerando a complexidade do ambiente tributário e a relevância dos valores, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências.

Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento.

Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Auditoria das cifras do ano anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de março de 2022, sem ressalvas.



Grupo SBF S.A.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Grupo SBF S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



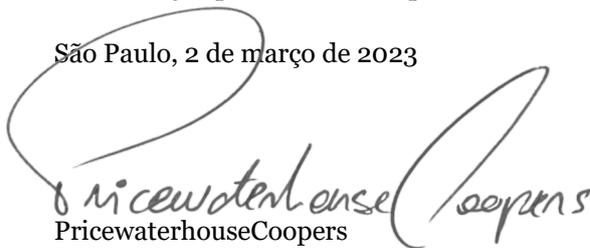
Grupo SBF S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Signed By: LEANDRO MAURO ARDITO:15700965895
CPF: 15700965895
Signing Time: 02 March 2023 | 16:07 BRT


0123070E100F40B966DC45F1293436A
Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0

Grupo SBF S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	34.515	62.088	418.311	549.347
Contas a receber	7	30.485	28.346	1.711.003	1.301.044
Estoques	8	-	-	1.737.002	1.042.336
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	4.169	29.259
Tributos a compensar	10	220	43	525.351	601.308
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	-	47	49.055	9.773
Dividendos a receber	23	235.756	-	-	-
Outros ativos		248	36	81.597	84.279
Total do ativo circulante		301.224	90.560	4.526.488	3.617.346
Ativo não circulante					
Contas a receber	7	-	-	-	27
Tributos a compensar	10	-	-	146.880	272.981
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	-	-	93.055	117.127
Mutuos a receber		10.036	-	10.036	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	841.811	756.103
Depósitos judiciais	13	114	108	291.673	148.449
Outros ativos		49.819	41.521	67.727	72.675
Total do realizável a longo prazo		59.969	41.629	1.451.182	1.367.362
Investimentos	14	2.298.244	2.792.065	5.001	-
Imobilizado	15	483	1	571.951	430.112
Intangível	16	2.284	2.669	487.453	403.830
Direito de uso	17	-	-	1.428.172	1.327.842
Total do ativo não circulante		2.360.980	2.836.364	3.943.759	3.529.146
Total do ativo		2.662.204	2.926.924	8.470.247	7.146.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante					
Fornecedores	18	1.321	1.111	1.423.376	846.580
Fornecedores - risco sacado	18	-	-	138.171	67.714
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	86.082	129.733
Debêntures	19	-	-	191.836	77.743
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	39.612	4.617
Arrendamentos a pagar	17	-	-	278.072	195.561
Obrigações tributárias	20	152	107	192.684	82.697
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	32.944	51.351
Impostos parcelados	21	-	-	47.030	61.056
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	430	326	191.851	157.520
Dividendos a pagar	23	33.085	28.637	33.085	28.637
Passivos a descoberto em controladas	14	24.213	355.145	-	-
Partes relacionadas - outras contas a pagar	24	153	154	-	-
Outras contas a pagar	25	4.077	301.326	140.744	437.935
Outros passivos		34.351	-	152.851	20.073
Total do passivo circulante		97.782	686.806	2.948.338	2.161.217
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	81.997	165.260
Debêntures	19	-	-	773.647	451.042
Arrendamentos a pagar	17	-	-	1.358.170	1.295.100
Impostos parcelados	21	-	-	65.359	90.690
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	3	-	9.724	-
Provisão para riscos administrativos e judiciais	13	-	-	559.713	619.431
Outras contas a pagar	25	155.822	16.128	139.571	16.128
Outros passivos		-	-	123.874	122.989
Total do passivo não circulante		155.825	16.128	3.112.055	2.760.640
Patrimônio líquido	26				
Capital social		1.830.524	1.823.527	1.830.524	1.823.527
Reservas de capital		261.528	224.967	261.528	224.967
Reservas de lucros		331.702	159.770	331.702	159.770
Ajuste de avaliação patrimonial		(15.157)	15.726	(15.157)	15.726
Total do patrimônio líquido		2.408.597	2.223.990	2.408.597	2.223.990
Patrimônio líquido atribuível aos controladores					
Participações de acionistas não controladores		-	-	1.257	645
Total do patrimônio líquido		2.408.597	2.223.990	2.409.854	2.224.635
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.662.204	2.926.924	8.470.247	7.146.492

Grupo SBF S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas líquidas	28	-	-	6.260.707	5.110.462
Custo das vendas e dos serviços prestados	29	-	-	(3.319.775)	(2.758.851)
Lucro bruto		-	-	2.940.932	2.351.611
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	30	(18.945)	-	(2.028.388)	(1.528.850)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	-	(1.994)	(820)
Despesas administrativas e gerais	30	-	(11.582)	(508.530)	(387.894)
Outras despesas operacionais líquidas		(35.311)	(38.601)	(394)	(31.672)
Resultado com equivalência patrimonial	14	259.320	569.865	210	-
Lucro operacional		205.064	519.682	401.836	402.375
Receitas financeiras	31	586	572	254.441	185.051
Despesas financeiras	31	(630)	(1.189)	(438.064)	(377.145)
Resultado financeiro, líquido		(44)	(617)	(183.623)	(192.094)
Lucro antes dos impostos		205.020	519.065	218.213	210.281
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	-	-	(127.140)	(57.689)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	(3)	(20.908)	113.529	345.239
Lucro líquido do período		205.017	498.157	204.602	497.831
Acionistas controladores		205.017	498.157	205.017	498.157
Acionistas não controladores		-	-	(415)	(326)
		205.017	498.157	204.602	497.831
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo					
Lucro básico por ação (média ponderada)				0,84	2,05
Lucro diluído por ação (média ponderada)				0,82	1,98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)



	Controladora		Cosolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período	205.017	498.157	204.602	497.831
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Hedge de fluxo de caixa	(30.883)	-	(30.883)	4.146
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(30.883)	-	173.719	4.146
Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa	10.500	-	10.500	-
Resultado abrangente do exercício	184.634	498.157	184.219	501.977
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	184.634	498.157	184.634	502.303
Acionistas não controladores	-	-	(415)	(326)
Resultado abrangente total	184.634	498.157	184.219	501.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de Reais)*

Atribuível aos acionistas controladores											
Notas	Reservas de capital				Reservas de lucro				Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados			
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.815.485	154.753	39.707	-	-	-	11.580	(309.750)	1.711.775	297	1.712.072
Aumento de Capital	8.042	-	-	-	-	-	-	-	8.042	-	8.042
Ajuste participação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	674	674
Ajuste instrumentos financeiros - Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	4.146	-	4.146	-	4.146
Amortização do plano de Stock Options	-	-	30.507	-	-	-	-	-	30.507	-	30.507
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	498.157	498.157	(326)	497.831
Constituição de reserva	-	-	-	9.420	64.439	85.911	-	(159.770)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(28.637)	(28.637)	-	(28.637)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.823.527	154.753	70.214	9.420	64.439	85.911	15.726	-	2.223.990	645	2.224.635
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.823.527	154.753	70.214	9.420	64.439	85.911	15.726	-	2.223.990	645	2.224.635
Aumento de capital	26	6.997	-	-	-	-	-	-	6.997	-	6.997
Ajuste participação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.027	1.027
Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(30.883)	-	(30.883)	-	(30.883)
Pagamento baseado em ações	-	-	36.561	-	-	-	-	-	36.561	-	36.561
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	205.017	205.017	(415)	204.602
Constituição de reserva	26	-	-	10.251	62.426	99.255	-	(171.932)	-	-	-
Dividendos	23	-	-	-	-	-	-	(33.085)	(33.085)	-	(33.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.830.524	154.753	106.775	19.671	126.865	185.166	(15.157)	-	2.408.597	1.257	2.409.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo SBF S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		205.017	498.157	204.602	497.831
Ajustado por:					
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	15, 16	557	21	167.434	135.750
Amortização do direito de uso	17, 31	-	-	186.346	188.499
Juros sobre empréstimos e financiamentos	19	-	-	35.348	27.781
Juros sobre debêntures	19	-	-	124.087	31.379
Juros sobre partes relacionadas - mútuos	19	(36)	-	(36)	-
Juros sobre parcelamento de tributos	21	-	-	5.133	24.983
Juros sobre pagamentos em atrasos	31	125	60	826	2.984
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	-	-	1.994	820
Juros sobre atraso de impostos	31	-	-	10.699	28.901
Resultado de equivalência patrimonial	14	(259.320)	(561.770)	(210)	-
Remuneração baseado em ações		36.561	30.507	36.561	30.507
Ganho (perda) na baixa/alienação de ativo imobilizado e intangível	15, 16	-	-	(1.927)	18.542
Baixa residual arrendamentos	17	-	-	(30)	(2.247)
Provisão para obsolescência do estoque	8	-	-	46.948	36.293
Ajuste a valor presente, líquido	31	-	-	-	(1.575)
Juros sobre arrendamento mercantil	31	-	-	127.402	115.379
Descontos sobre arrendamentos	17	-	-	(10.108)	(23.765)
Constituição líquida de provisão para riscos administrativos e judiciais	13	-	-	(18.161)	108.965
Créditos tributários (IRPJ e CSLL) relativos aos indêbitos tributários		-	-	-	(85.771)
Exclusão do ICMS na BC do PIS e da COFINS		-	-	-	(39.734)
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	-	-	127.140	57.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	3	20.908	(113.529)	(345.239)
		(17.093)	(12.117)	930.519	807.972
Variações em:					
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	7	(2.139)	6.178	(411.908)	(348.627)
Estoques	8	-	-	(741.317)	(177.154)
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	(5.793)	(13.533)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	10	(130)	(44)	190.891	234.413
Depósitos judiciais	13	(6)	(10)	(143.221)	(22.698)
Outros ativos		(7.504)	75.476	9.866	(9.192)
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores	18	85	994	574.808	241.303
Fornecedores - risco sacado	18	-	-	70.457	10.877
Obrigações tributárias	20	45	65	99.174	(70.825)
Parcelamentos de tributos	21	-	-	(44.490)	(29.788)
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	34.995	4.617
Contingências pagas	13	-	-	(41.557)	(36.669)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	104	159	34.156	63.812
Outras contas a pagar	25	(193.449)	(28.139)	(175.319)	18.566
Outros passivos		34.351	-	133.663	(29.023)
Variação nos ativos e passivos:		(168.643)	54.679	(415.595)	(163.921)
Juros pagos sobre arrendamento	17	-	-	(127.402)	(115.379)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(108.002)	(66.005)
Juros pagos sobre financiamentos	19	-	-	(34.597)	(27.191)
Juros pagos sobre debêntures	19	-	-	(106.820)	(28.395)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		(185.736)	42.562	138.103	407.081
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições de ativo Imobilizado	15	(654)	-	(230.266)	(187.512)
Adições no Intangível	16	-	(2.582)	(141.455)	(101.651)
Aquisição de controlada líquida do caixa recebido	3,1	(5.993)	(228.102)	(22.160)	(220.186)
Dividendos recebidos	23	206.451	-	-	-
Integralização de capital em controlada		(10.000)	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		189.804	(230.684)	(393.881)	(509.349)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos tomados	19	-	-	2.536	17.625
Emissão de debentures	19	-	-	496.098	299.039
Empréstimos e financiamentos pagos	19	-	-	(207.268)	(95.347)
Arrendamentos pagos	17	-	-	(134.984)	(92.039)
Aumento de capital		6.997	8.042	6.997	8.042
Partes relacionadas		(1)	(96.909)	-	-
Mútuos a receber		(10.000)	-	(10.000)	-
Dividendos pagos	23	(28.637)	-	(28.637)	-
Redução de capital em controladas		-	123.802	-	-
Adiantamento para futura redução de capital em controlada		-	215.080	-	-
Caixa líquido (utilizados nas) gerado pelas atividades de financiamento		(31.641)	250.015	124.742	137.320
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(27.573)	61.893	(131.036)	35.052
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6	62.088	195	549.347	514.295
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6	34.515	62.088	418.311	549.347
Transações que não afetaram caixa					
Adição ao imobilizado e intangível		2	-	3.543	1.601
Derivativos		(30.883)	4.146	(30.883)	4.146
Outras contas a pagar por aquisição de controlada		-	(9.843)	-	(9.843)
Ativo por indenização		-	34.634	-	34.634
Imobilizado		(2)	-	3.543	1.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.**Demonstrações de valor adicionado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	1.250	(8.094)	7.904.257	6.405.085
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	(8.094)	7.867.204	6.389.593
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(1.994)	(820)
Outras receitas	1.250	-	39.047	16.312
Insumos adquiridos de terceiros	(5.249)	(4.381)	(5.326.643)	(4.277.550)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(4.124.735)	(3.406.734)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.249)	(4.381)	(1.164.831)	(806.857)
Perda de valores ativos	-	-	(37.077)	(63.959)
Valor adicionado bruto	(3.999)	(12.475)	2.577.614	2.127.535
Depreciação e amortização	(558)	(22)	(370.293)	(315.731)
Valor adicionado líquido produzido	(4.557)	(12.497)	2.207.321	1.811.804
Valor recebido em transferência	259.906	570.469	254.651	189.055
Resultado de equivalência patrimonial	259.320	569.865	210	-
Receitas financeiras	586	604	254.441	189.055
Outras receitas operacionais	-	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir	255.349	557.972	2.461.972	2.000.859
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	48.059	36.314	762.620	578.797
Remuneração direta	41.387	35.647	505.352	401.832
Benefícios	6.672	629	215.925	142.345
FGTS	-	38	41.343	34.620
Impostos, taxas e contribuições	1.954	22.275	840.725	319.106
Federais	1.673	22.050	334.354	(72.865)
Estaduais	-	-	476.346	366.293
Municipais	281	225	30.025	25.678
Impostos diferidos	-	-	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	319	1.226	654.025	605.125
Despesas financeiras (juros)	127	61	187.784	233.440
Aluguéis	-	-	84.889	49.077
Outras	192	1.165	381.352	322.608
Remuneração de capital próprio	205.017	498.157	204.602	497.831
Lucros retidos (prejuízos acumulados)	205.017	498.157	205.017	498.157
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	(415)	(326)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo SBF S.A. (“Controladora” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sede no Estado e Cidade de São Paulo. O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação “SBFG3”.

As demonstrações financeiras do Grupo SBF relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendem a Companhia controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas, denominadas em conjunto “Grupo” ou “Grupo SBF”.

O Grupo SBF tem como principais atividades o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, prestação de serviço logístico, produção audiovisual, assim como produção de filmes para publicidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2023.

A lista das controladas do Grupo SBF é apresentada abaixo:

Controladas	Participação societária				Atividade
	DIRETA		INDIRETA		
	2022	2021	2022	2021	
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. (“SBF Comércio”)	100%	99,96%	-	-	Comércio varejista
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. (“Fisia”)	-	100%	100%	-	Comércio atacadista e varejista
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda. (“Lione”)	-	-	100%	99,99%	Comércio esportivo
VBLOG Logística e Transporte Ltda. (“VBLOG”)	100%	99,00%	-	-	Serviços logísticos
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda. (“Pine”)	-	99,99%	-	-	Empreendimento e participações
Premier Distribuidora de Vestuário, Calçados, Equipos e Acessórios Ltda. (“Premier”)	100%	-	-	99,99%	Comércio esportivo
Store Engenharia e Instalações Ltda. (“Store”)	-	100%	-	-	Serviço de engenharia
NETWORK Participações S.A. (“NETWORK”)	100%	100%	-	-	Holding
Neotv Prod e Com. de Cont. Audiovisual e Serv Digitais S.A. (“NeoTV”)	-	-	100%	79,97%	Produção audiovisual
Fatality Tv Prod. e Com. Audiovisual e Serviços Digitais S.A. (“Fatality”)	-	-	-	100%	Produção audiovisual
Falcão Produção e Comercialização de Conteúdo Audiovisual e Serviços Digitais S.A. (“Falcão”)	-	-	-	51%	Produção audiovisual
Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A. (“Acelerados”)	-	-	51%	51%	Produção audiovisual
FitDance Entretenimento Ltda. (“Fitdance”)	-	-	100%	-	Produção de filmes para publicidade

As principais informações sobre cada uma das controladas que compõe as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo estão apresentadas na Nota 14.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.



2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção aos seguintes itens:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado;

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3 Consolidação

O Grupo detém participações societárias diretas e indiretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora.

2.4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem.





As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Grupo não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

2.5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:
 - (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

2.6 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- a) **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos



em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- b) **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- c) **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- d) **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.



2.7 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") do Grupo para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

A Administração determinou que o CEO do Grupo é o CODM. O CODM recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais do Grupo, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento determinados apenas na base do Grupo.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o CEO, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Consequentemente, a Administração determinou que o Grupo possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada.

Toda a receita do Grupo é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes do Grupo estão localizados no Brasil.

Durante 2022 o segmento de serviços não se qualificou como um segmento reportável.

2.8 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.9 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.





3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2022

3.1 Participação em coligada - X3M Entretenimento S.A. ("X3M")

Em 3 de janeiro de 2022, o Grupo SBF realizou investimento, por meio da sua controlada Lione, de 30% do capital social votante da X3M, sociedade que explora, dentre outras atividades, o negócio de organização e promoção de eventos esportivos tendo como destaque os eventos "X-Terra" e "Uphill Marathon". O investimento foi efetivado pelo valor de R\$ 4.792, sendo que o montante foi integralmente liquidado em caixa na data do fechamento da operação.

3.2 Aquisição Fitdance

Em 25 de março de 2022, o Grupo celebrou contrato a fim de adquirir a totalidade das ações de emissão da FitDance, por meio da controlada SBF Comércio.

Em 01 de abril de 2022, foi concluído o processo de aquisição. Diante do cumprimento de todas as condições precedentes relevantes, o Grupo e a FitDance efetivaram o fechamento da Transação de compra e venda. Após o término da avaliação dos ajustes do preço em maio de 2022, concluiu-se quanto ao pagamento, perfazendo-se assim o montante final de aquisição de R\$ 9.905 liquidado integralmente em caixa.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Fitdance e os valores justos finais dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	Valor Justo
Imobilizado	118
Marca	1.996
Carteira de cliente - Serviços	2.016
Software	1.153
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	6.692
Demais ativos	413
Total ativo	12.388
Total passivo	2.483
Total líquido dos ativos identificáveis	9.905

3.3 Aquisição participação dos minoritários NeoTV Prod e Com. de Cont. Audiovisual e Serv Digitais S.A.

Em agosto de 2022 o Grupo SBF, por meio de sua controlada "Network Participações S.A." adquiriu 7.178 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal da NeoTV Produção e Comercialização de Conteúdo Audiovisual e Serviços Digitais S.A., que correspondem a 20,03% do patrimônio líquido da controlada, de modo que passou a ser detentora de 100% do capital social da NeoTV. A transação foi efetivada pelo valor de R\$ 5.993, sendo que o montante foi integralmente liquidado em caixa na data do fechamento da operação.

3.4 Venda de ações Falcão Produção e Comercialização de Conteúdo Audiovisual e Serviços Digitais S.A

Em 06 de setembro de 2022, o Grupo SBF, por meio de sua controlada "Network Participações S.A." realizou a venda, cessão e transferência de 5.100 mil ações da Falcão Produção e Comercialização





de Conteúdo Audiovisual e Serviços Digitais S.A. Pela venda, cessão e transferência das ações, a compradora pagou a Netwok uma parcela fixa no valor total de R\$1 mil.

3.5 Incorporação reversa Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.

Em 23 de setembro de 2022, o Grupo SBF concluiu nos termos do protocolo e justificção da incorporação, avaliado a valor contábil na data base de 30 de agosto de 2022, a reorganização societária envolvendo a incorporação reversa da Pine Adm. De Bens e Participações Ltda na Premier Distribuidora de Vestuário, Calçados, Equipos e Acessórios Ltda.

3.6 Incorporação da Store Engenharia e Instalações Ltda.

Em 23 de setembro de 2022, o Grupo SBF concluiu nos termos do protocolo e justificção da incorporação, avaliado a valor contábil na data base de 30 de agosto de 2022, a reorganização societária envolvendo a incorporação da Store Engenharia e Instalações Ltda. pela empresa Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.

3.7 Incorporação da Fatality Tv Prod. e Com. Audiovisual e Serviços Digitais S.A.

Em 31 de outubro de 2022, foi realizada a incorporação da Fatality, controlada indiretada do Grupo SBF, pela NETWORK nos termos do protocolo e justificção da incorporação, avaliado a valor contábil na data base de 30 de setembro de 2022.

3.8 Mudança de controle da Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Em 01 de dezembro de 2022, foi concluída a transação de mudança de controle da Fisia, que era controlada direta da Grupo SBF e passou a ser controlada pela SBF Comércio.

A transação foi efetivada por meio de cessão da totalidade das quotas da Fisia registradas no Grupo SBF para a SBF Comércio, mensurada a valor contábil. A transferência do controle foi mensurada com base no balanço patrimonial da Fisia levantado em 30 de novembro de 2022.

3.9 Migrações sistêmicas finalizadas

Durante o exercício de 2022 o Grupo SBF realizou migrações tecnológicas importantes, com o objetivo de continuar caminhando para uma arquitetura de software em nuvem e alinhada com as práticas mais atualizadas e modernas de gestão financeira. A primeira migração sistêmica, finalizada em junho, foi a do ERP da SBF Comércio, que migrou para a versão em *cloud* mais recente. A segunda migração realizada em agosto, foi do ERP da Fisia, que até então utilizava o ERP Global da Nike Inc e migrou para o mesmo ambiente sistêmico em *cloud* do Grupo SBF. Para a Fisia, as grandes vantagens dessa migração foram o fim do pagamento à Nike Inc dos custos do sistemas deles (pagamentos baseados no TSA, *Transition Services Agreement*) e a liberdade de adaptar o sistema à nosso modo de operar, já que anteriormente o sistema era parametrizado e mantido pela própria Nike Inc. Por fim, em agosto, concluímos a migração da plataforma online da Fisia, que estava terceirizada com um parceiro, para nossa plataforma proprietária.





4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 16. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

b) Perda (impairment) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- Contas a receber de clientes atacado (Nota 7);
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de impairment do IFRS 9/CPC 48, a perda por impairment identificada nesses ativos foi imaterial.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 841.811 milhões relacionado a prejuízos fiscais e diferenças temporárias gerados pelas controladas do Grupo SBF. O Grupo entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas.

d) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas

O Grupo mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial e discussão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.





e) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendamento

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

f) Julgamentos críticos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Determinação do prazo do arrendamento: Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil

5.1.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR").





A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios do Grupo para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros “não derivativos” mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los.

Mensuração subsequente

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas).

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, o Grupo transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) o Grupo transferiu





substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que o Grupo manteve.

Com relação aos clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

O Grupo apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, do Grupo na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". O Grupo considera que este seja baixo ou superior pela agência de *rating* de crédito *Fitch Ratings*.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.





Ativos financeiros com problemas de recuperação

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis do Grupo referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com o Grupo (não há histórico de perdas) e rating de crédito das administradoras avaliado pelo mercado.

5.1.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 19), instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 18), passivo de arrendamento (Nota 17) e dividendos a pagar (Nota 23).

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.





Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada





separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

5.2 Gestão de risco financeiro

5.2.1 Fatores de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.





Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros Risco de mercado - volatilidade no preço das ações	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis Investimentos em valores mobiliários	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros Diversificação da carteira Diversificação das instituições financeiras
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado

Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, o Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros

Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial do Grupo dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Derivativos operacionais	(35.443)	24.642

b) Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto.

O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge, conforme CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada como componente de “outros resultados abrangentes”. Em 31 de dezembro de 2022, foi apurado saldo a ser registrado em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 30.883. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é



imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.

Os valores acumulados em “outros resultados abrangentes” são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de hedge).

Instrumento de hedge				Objeto de hedge	
Vencimentos	Moeda	Nocional	Valor justo	Operação	Vencimentos estimados
De 14/10/2022 à 23/06/2023	USD	(1.644.665)	(35.442)	Pedido de Importações de mercadorias	De 14/10/2022 à 23/06/2023
Total consolidado		(1.644.665)	(35.442)		

Valor justo

No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2022, sendo que todos possuem a finalidade de proteção cambial para compra de mercadorias.

Derivativo	Valor Principal	Posição comprada ou vendida	Valor justo	Prazo	Contraparte
Hedge	(325.155)	Comprado	(8.452)	27/10/2023	ABC
Hedge	(361.087)	Comprado	3.874	27/10/2023	Bradesco
Hedge	(140.302)	Comprado	(629)	27/10/2023	BTG
Hedge	(187.434)	Comprado	(6.951)	27/10/2023	HSBC Brasil
Hedge	(383.243)	Comprado	(3.750)	27/10/2023	Itaú
Hedge	(122.631)	Comprado	(5.660)	27/10/2023	Safra
Hedge	(119.588)	Comprado	(2.059)	27/10/2023	Santander
Hedge	(310.604)	Comprado	(14.819)	27/10/2023	Votorantim
Hedge	5.929	Vendido	26	27/10/2023	ABC
Hedge	14.016	Vendido	(34)	27/10/2023	Bradesco
Hedge	128.332	Vendido	958	27/10/2023	BTG
Hedge	112.390	Vendido	1.464	27/10/2023	Itaú
Hedge	44.712	Vendido	590	27/10/2023	Votorantim
Total	(1.644.665)		(35.442)		

c) Risco de taxas de juros

Decorrem da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos, financiamentos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pelo Grupo. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos.

Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo corresponde a:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	375.007	466.891
Empréstimos e financiamentos	(168.079)	(294.993)
Debêntures	(965.483)	(528.785)
Total	(758.555)	(356.887)



Análise de sensibilidade

O risco do Grupo decorre das operações com aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures atreladas ao CDI. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, o Grupo utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (14,87% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

	2022	Provável	Aumento dos juros		Redução dos juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
			25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	375.007	55.764	69.705	83.646	41.823	27.882
Empréstimos e financiamentos	(168.079)	(24.993)	(31.241)	(37.490)	(18.745)	(12.497)
Debêntures	(965.483)	(143.567)	(179.459)	(215.351)	(107.675)	(71.784)

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e atacado e por aplicações financeiras.

O risco de crédito do Grupo são as administradoras de cartão de crédito, e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 90,2% dos recebíveis no balanço do Grupo, enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 9,8%. Todas as vendas do Grupo nas lojas ou no e-commerce são efetuadas por meio de cartão de créditos ou pagamento a vista, pix, boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado.

O Grupo registra provisão para perda de crédito esperada apenas para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com o Grupo (não há histórico de perdas) e rating de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente o Grupo não tem apresentado perdas na realização do contas a receber.

A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada na Nota 7.

Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda.

No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	554	200	43.052	82.456
Meios de pagamento	-	-	252	-
Aplicações financeiras - circulante	33.961	61.888	375.007	466.891
Clientes e administradoras de cartões de crédito	-	-	1.726.407	1.301.071
Outros valores a receber - não circulante	49.819	41.521	67.728	72.675
Total	84.334	103.609	2.212.446	1.923.093



Devido à característica de seu negócio o Grupo não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito.

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individual

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, o que compreende um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de 'rolagem' com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base nas seguintes características de risco de crédito comuns: região geográfica, tempo de relacionamento com o cliente e tipo de produto adquirido.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis (Nota 7).

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto às administradoras de cartão de crédito, por não ter necessidade de caixa imediata.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 1.114.433 (R\$ 909.033 em 31 de dezembro de 2021).

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações a curto prazo	(2.912.895)	(2.185.859)
Caixas e equivalentes	418.311	549.347
Instrumentos financeiros derivativos	(35.443)	24.642
Clientes e administradoras de cartões de crédito	1.711.003	1.301.044
Total	(819.024)	(310.826)
Patrimônio líquido	2.409.854	2.224.635
Índice de endividamento líquido	34%	14%





As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante, líquido dos instrumentos financeiros derivativos.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

O Grupo acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas a vista por meio de venda da carteira de recebíveis.

A maior parte dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão no longo prazo, sendo que apenas 24,52% serão liquidados com prazo nos próximos 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 1,12% ao ano.

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	1.423.376	1.423.376	1.207.653	215.723	-	-	-
Fornecedores - Risco sacado	138.171	138.171	119.130	19.041	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	168.079	191.291	4.545	99.084	87.103	559	-
Debêntures	965.483	1.278.719	28.413	274.656	269.123	528.346	178.181
Impostos parcelados	112.389	130.743	11.217	47.771	33.207	37.771	777
Arrendamentos a pagar	1.636.242	2.215.962	53.187	273.997	577.059	498.929	812.790
Outras contas a pagar	280.315	275.669	275.669	-	-	-	-
Total	4.724.055	5.653.931	1.699.814	930.272	966.492	1.065.605	991.748

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	846.580	846.580	372.097	474.483	-	-	-
Fornecedores - risco sacado	67.714	67.714	42.690	25.024	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	294.993	339.259	3.262	151.096	99.485	85.416	-
Debêntures	528.785	648.483	-	127.160	218.245	303.078	-
Impostos parcelados	151.746	172.839	12.387	61.690	50.560	48.040	162
Arrendamentos a pagar	1.490.661	2.054.945	45.649	234.456	527.833	444.317	802.690
Outras contas a pagar	454.063	454.063	454.063	-	-	-	-
Total	3.834.542	4.583.883	930.148	1.073.909	896.123	880.851	802.852

Os fluxos de entradas / saídas divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

5.2.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital



aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	168.079	294.993
Debêntures	965.483	528.785
Caixas e equivalentes de caixa	(418.311)	(549.347)
Dívida líquida	715.251	274.431
Total do patrimônio líquido	2.409.854	2.224.635
Capital total	3.125.105	2.499.066
Índice de alavancagem financeira - %	23%	11%

O Grupo apresentava em 31 de dezembro de 2022, capital circulante líquido consolidado positivo de R\$ 1.578.150 (R\$ 1.456.129 em 31 de dezembro de 2021), ou seja, uma variação positiva de R\$ 122.020.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresentou lucro antes dos impostos de R\$ 218.213 (lucro de R\$ 210.281 em 31 de dezembro de 2021).

5.2.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Valor justo versus valor contábil - Consolidado

Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.





O Grupo possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

As taxas aplicadas nas operações de empréstimos e financiamentos estão apresentadas ao longo da Nota 19.

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Ativos	Hierarquia de valor justo	31/12/2022		
		Valor Contábil	VJR	Custo amortizado
Caixas e bancos (Nota 6)	Nível 2	43.052	-	43.052
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	375.007	375.007	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	4.169	4.169	-
Contas a receber (Nota 7)	Nível 2	1.711.003	-	1.711.003
Outros ativos	Nível 2	149.324	-	149.324
Total		2.282.555	379.176	1.903.379
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	Nível 2	168.079	-	168.079
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	39.612	39.612	-
Debêntures (Nota 19)	Nível 2	965.483	-	965.483
Arrendamentos (Nota 17)	Nível 2	1.636.242	-	1.636.242
Fornecedores (Nota 18)	Nível 2	1.423.376	-	1.423.376
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	Nível 2	138.171	-	138.171
Total		4.370.963	39.612	4.331.351

Ativos		31/12/2021		
		Valor Contábil	VJR	Custo amortizado
Caixas e bancos (Nota 6)	Nível 2	82.456	-	82.456
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	466.891	466.891	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	29.259	29.259	-
Contas a receber (Nota 7)	Nível 2	1.301.071	-	1.301.071
Outros ativos	Nível 2	156.954	-	156.954
Total		2.036.631	496.150	1.540.481
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	Nível 2	294.993	-	294.993
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	4.617	4.617	-
Debêntures (Nota 19)	Nível 2	528.785	-	528.785
Arrendamentos (Nota 17)	Nível 2	1.490.661	-	1.490.661
Fornecedores (Nota 18)	Nível 2	846.580	-	846.580
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	Nível 2	67.714	-	67.714
Total		3.233.350	4.617	3.228.733

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.



As aplicações financeiras de curto prazo que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que ficam em média 53,75% para aplicações diárias (56,25% em aplicações diárias em 31 de dezembro de 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixas	-	-	6.514	6.091
Bancos	554	200	36.538	76.365
Aplicações financeiras	33.961	61.888	375.007	466.891
Meios de Pagamento	-	-	252	-
Total	34.515	62.088	418.311	549.347

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas esperadas do contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

7.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Administradora de cartão de crédito	-	-	1.557.855	1.144.638
Duplicatas a receber - atacado	-	-	154.583	159.571
Contas a receber – partes relacionadas (Nota 24)	30.485	28.346	-	-
Subtotal	30.485	28.346	1.712.438	1.304.209
Provisão para perda esperada do contas a receber	-	-	(1.435)	(3.138)
Total	30.485	28.346	1.711.003	1.301.071

O saldo da rubrica “contas a receber” está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Em 31 de dezembro de 2022, 90,2% do recebíveis do Grupo é decorrente de operações com cartão de crédito que corresponde ao montante total de R\$ 1.557.855 (R\$ 1.144.638 em 31 de dezembro de 2021).

As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	(3.138)	(3.799)
Constituição	(1.994)	(359)
Reversão	2.991	1.020
Perda efetiva	706	-
Saldo Final	(1.435)	(3.138)



A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2022	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	947	100,00%	947	Sim
Recebíveis de atacado	154.583	0,28%	488	Não
Recebíveis de varejo	1.556.908	0,00%	-	Não
Total	1.712.438		1.435	

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada abaixo:

	Saldo Contábil Bruto 31/12/2021	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	2.686	100,00%	(2.686)	Sim
Recebíveis de atacado	159.296	0,28%	(452)	Não
Recebíveis de varejo	1.142.227	0%	-	Não
Total	1.304.209		(3.138)	

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

Aging	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos acima de 120 dias	1.468	2.499
Vencidos acima de 90 dias	3.049	548
Vencidos até 90 dias	820	525
Vencidos até 60 dias	6.722	2.464
Vencidos até 30 dias	11.674	2.053
A vencer até 30 dias	758.139	544.184
A vencer de 31 a 60 dias	340.890	364.849
A vencer de 61 a 90 dias	198.005	145.943
A vencer de 91 a 120 dias	119.596	71.019
A vencer acima de 121 a 180 dias	153.007	90.464
A vencer de 181 a acima de 365 dias	119.068	79.661
Total	1.712.438	1.304.209

8. ESTOQUES – CONSOLIDADO

8.1 Política contábil

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda.

A provisão para perdas nos estoques e produtos obsoletos do Grupo é constituída por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. Caso o potencial de perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.





Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo.

8.2 Composição

Apresentamos abaixo o saldo de estoque líquido de provisão para perdas:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria de revenda (lojas)	782.840	376.487
Mercadoria de revenda (Centros de distribuição)	542.763	491.209
Importação em andamento	405.054	166.215
Almoxarifado	6.345	8.425
Outros	-	-
Total	1.737.002	1.042.336

Movimentação de provisão para perdas

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(19.520)	(30.235)
Adição	(46.948)	(36.293)
Perdas efetivas nos estoques	57.856	47.008
Saldo Final	(8.612)	(19.520)

O Grupo constituiu provisão de R\$ 46.948 no custo de revenda de mercadorias em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 36.293 em 31 de dezembro de 2021). A provisão de R\$ 8.612 (R\$ 19.520 em 31 de dezembro de 2021) é classificada como redutora de mercadoria para revenda tendo como base a média de perdas históricas. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo referente a perdas efetivas é de R\$ 57.856 (R\$ 47.008 em 31 de dezembro de 2021).

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – CONSOLIDADO

9.1 Política contábil

A contratação e operação de hedge do Grupo está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (hedge).

As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Contratos de câmbio utilizados para Hedge - Ativo	4.169	29.259
Contratos de câmbio utilizados para Hedge - Passivo	(39.612)	(4.617)
Total	(35.443)	24.642





Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Entretanto, os derivativos que não se enquadram nos critérios de contabilidade de hedge são classificados como "mantidos para negociação" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR – CONSOLIDADO

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS (a)	451.422	334.086
PIS (b)	36.150	93.720
COFINS (b)	162.375	426.903
IRRF	11.521	1.947
INSS	10.178	17.633
Outros	585	-
Total	672.231	874.289
<hr/>		
Circulante	525.351	601.308
Não circulante	146.880	272.981

- (a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes das controladas SBF Comércio e Física e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio.
- (b) ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: As controladas do Grupo SBF, ingressaram com ações judiciais em 2006 para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017, julgadas favoráveis em 2019, momento em que reconheceu o crédito tributário de PIS e COFINS. A controlada SBF Comércio reconheceu o montante bruto de R\$ 669.363 relativos ao exercício de apuração de 2004 a 2019. A Controlada Física reconheceu o montante de R\$318.435 relativos ao exercício de apuração de 2009 a 2017.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo dos créditos de tributos a compensar do ativo circulante a serem utilizados era de R\$ 525.351 e a expectativa de utilização desses créditos é de até 12 meses em sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR – CONSOLIDADO

11.1 Política contábil

Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio



líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL sobre Selic (a)	93.055	85.771
IRPJ/CSLL	49.055	41.129
Total	142.110	126.900
Circulante	49.055	9.773
Não circulante	93.055	117.127

- (a) As controladas do Grupo, SBF Comércio e Fisia ajuizaram ação judicial durante os anos de 2018 e 2019, para declarar inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito (RI) tributário. Em 24 de setembro de 2021, o STF concluiu o julgamento do RE nº 1.063.187 (Tema 962), onde houve decisão favorável ao contribuinte. O Grupo realizou o levantamento das atualizações monetárias tributadas indevidamente para mensuração dos valores a serem reconhecidos contabilmente à luz do que estabelece o IFRIC 23/ ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, registrando em suas demonstrações financeiras consolidadas no exercício de 2021 um crédito de R\$ 85.771, sendo R\$ 79.220 de principal e R\$ 6.550 de atualização monetária e R\$ 34.900 relativo aos impostos diferidos decorrentes da recomposição do prejuízo fiscal referente aos exercícios em que o Grupo apurou base fiscal negativa. Os valores estão sendo atualizados e serão utilizados somente após o trânsito em julgado da ação.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - CONSOLIDADO

12.1 Políticas contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades do Grupo que geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto

de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

12.2 Composição

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	407.935	447.480	-	-	407.935	447.480
Provisões gerais e contingências	124.141	141.049	-	-	124.141	141.049
Provisões gerais e contingências (passivo)	-	-	(8.231)	-	(8.231)	-
Provisão para estoques	21.239	4.534	-	-	21.239	4.534
Provisão de bônus	14.593	14.593	-	-	14.593	14.593
Depreciação / arrendamento	314.915	226.574	(181.790)	(169.605)	133.125	56.969
Ágio	71.050	71.050	(61.577)	(61.577)	9.473	9.473
Mais valia Fitdance	-	-	(1.493)	-	(1.493)	-
Lucro nos estoques	131.305	82.005	-	-	131.305	82.005
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	1.085.178	987.285	(253.091)	(231.182)	832.087	756.103
Montante passível de compensação	(243.367)	(231.182)	243.367	231.182	-	-
Imposto líquido (ativos) passivos	841.811	756.103	(9.724)	-	832.087	756.103

Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido

As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo:

Prazo de projeção

O estudo preparado pelo Grupo, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo nos exercícios demonstrados no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para o Grupo. Conforme política contábil adotada, o Grupo reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que espera-se que estejam disponíveis nos próximos 9 anos.

A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo (consolidado):

Ano	SBF Comércio	Fisia	Demais empresas*	31/12/2022
2022	7.305	23.595	3.794	34.694
2023	2.253	38.669	4.103	45.025
2024	12.274	53.194	4.550	70.018
2025	26.136	71.454	5.141	102.731
2026	35.498	83.345	5.596	124.439
2027	49.847	40.186	6.195	96.228
2028	65.270	-	6.839	72.109
2029	87.262	-	7.657	94.919
2030	71.047	-	130.601	201.648
Total	356.892	310.443	174.476	841.811

SBFG

B3 LISTED NM

(*) Refere-se substancialmente a diferença temporária de lucro nos estoques atrelado as transações de compra e venda de mercadorias intercompany. Tendo em vista que essa diferença temporária é perene, isto é, enquanto durar as operações, apresentamos a realização ao final do 9º ano.

Taxa de crescimento da receita

Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 12,4%.

Ganho de margem

Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas do Grupo, tanto de vendas como administrativas, resultando em um ganho médio anual de 0,33 p.p. para o período.

Análise de sensibilidade das premissas

O valor previsto de lucro tributável para os próximos 9 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 841.811. O Grupo efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios:

	2022		2021	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	339.015	115.265	298.255	96.708
Despesas temporárias	364.674	123.989	217.767	74.041
Receitas temporárias	(167.751)	(57.035)	(27.981)	(9.514)
Total ativos fiscais diferidos não reconhecidos	535.938	182.219	488.041	161.235

Os efeitos tributários dos ativos fiscais não reconhecidos estão sendo demonstrado por natureza abaixo:

Descrição	Base não constituído	Efeito tributário
Prejuízo fiscal	339.015	115.265
Provisões efeito ajuste a valor presente	567	193
Depreciação / arrendamento	100.216	34.073
Provisões gerais e contingências	71.054	24.158
Provisões gerais e contingências (passivo)	(6.209)	(2.111)
Provisão de bônus	20.894	7.104
Provisão para estoques	10.401	3.537
Diferido não constituído	535.938	182.219

As informações no nível das controladas estão demonstradas abaixo:

2022	Grupo SBF S.A (Controladora)		SBF Comércio		Demais empresas(*)		Consolidado	
	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	159.140	54.108	146.763	49.899	33.112	11.258	339.015	115.265
Despesas temporárias	44	15	80.018	27.206	284.612	96.768	364.674	123.989
Receitas temporárias	(12)	(4)	-	-	(167.739)	(57.031)	(167.751)	(57.035)
Total	159.172	54.119	226.781	77.105	149.985	50.995	535.938	182.219

(*) Dentro das demais empresas está contido NWB, VBlog e Premier.



Movimento das diferenças temporárias

A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Reconhecidos no resultado	Ágio	Utilização imposto corrente	Saldo em 31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	447.480	(12.955)	9.473	(36.063)	407.935
Provisões gerais e contingências	141.049	(16.908)	-	-	124.141
Provisões gerais e contingências (passivo)	-	(8.231)	-	-	(8.231)
Provisão para estoques	4.534	16.705	-	-	21.239
Provisão de bônus	14.593	-	-	-	14.593
Depreciação / arrendamento	56.969	76.156	-	-	133.125
Ágio	9.473	9.462	(9.462)	-	9.473
Mais valia Fitdance	-	-	(1.493)	-	(1.493)
Lucro nos estoques	82.005	49.300	-	-	131.305
Imposto líquido ativo (passivo)	756.103	113.529	(1.482)	(36.063)	832.087

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos impostos	205.020	519.065	218.213	210.281
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(69.707)	(176.482)	(74.192)	(71.496)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(7.423)	(7.716)	(26.323)	(30.863)
Exclusões permanentes:				
Incentivo fiscal	-	-	63.882	39.765
Receitas não tributáveis	4.905	5.306	38.469	12.073
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	88.169	193.754	-	-
Prejuízo sem constituição de impostos diferidos	(16.546)	(14.862)	(85.288)	(34.026)
Efeito de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores (a)	(2)	(20.908)	66.424	252.776
Efeito IR sobre Gratificação à administradores	600	-	600	-
PAT	-	-	2.288	-
Base Isenta Adicional IRPJ 10%	-	-	72	114.120
Outros	1	-	457	5.201
Imposto de renda e contribuição social	(3)	(20.908)	(13.611)	287.550
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício	-	-	-	2.414
Corrente	-	-	(127.140)	(57.689)
Diferido	(3)	(20.908)	113.529	345.239
Alíquota efetiva	0%	-4%	-6%	137%

- a) No ano de 2021, baseado em estudo técnico de projeções de lucros tributáveis futuros, a controlada Fisia contabilizou ativo fiscal diferido não reconhecido em anos anteriores relativo a prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 295.147. Ainda no mesmo ano, após análises de projeção e realização do ativo fiscal diferido de empresas controladas do Grupo, houve a baixa no montante de R\$ 42.371 decorrente da revisão das estimativas de lucro tributável futuro de controladas

No ano de 2022, baseado em estudo técnico de projeções de lucros tributáveis futuros, a controlada SBF Comércio contabilizou ativo fiscal diferido não reconhecido em anos anteriores relativo a prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 66.424.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS – CONSOLIDADO

13.1 Política contábil

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

13.2 Composição

Depósitos judiciais

As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais (a)	109.980	130.154	-	(4.275)	235.859
Depósitos judiciais - Rendimentos	34.547	18.148	(102)	(501)	52.092
Bloqueio judicial - Trabalhista	3.922	997	(1.118)	(79)	3.722
Total	148.449	149.299	(1.220)	(4.855)	291.673

- (a) Durante o exercício de 2022 foram realizadas ações judiciais para a discussão da aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88. Ainda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, as controladas do Grupo SBF, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada pelo Grupo.

As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2021
Depósitos judiciais	90.109	23.626	(341)	(3.414)	109.980
Depósitos judiciais - Rendimentos	30.584	6.754	(2.745)	(46)	34.547
Bloqueio Judicial - Trabalhista	5.058	817	(1.247)	(706)	3.922
Total	125.751	31.197	(4.333)	(4.166)	148.449



Provisões para riscos administrativos e judiciais

As movimentações do saldo das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Cível / Consumidor (a)	7.868	9.884	(3.208)	(2.829)	11.715
Trabalhistas (b)	39.487	10.682	(8.713)	(11.031)	30.425
Tributário (c)	572.076	36.569	(29.636)	(61.436)	517.573
Total	619.431	57.135	(41.557)	(75.296)	559.713

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde o Grupo perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para o Grupo ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os períodos (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota).

As movimentações dos saldos das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2021
Cível / Consumidor (a)	13.587	11.901	(17.620)	-	7.868
Trabalhistas (b)	37.849	16.457	(5.317)	(9.502)	39.487
Tributário (c)	495.699	106.941	(13.732)	(16.832)	572.076
Total	547.135	135.299	(36.669)	(26.334)	619.431

a. Processos de natureza cível / consumidor

São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e e-commerce. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui R\$ 11.715 (R\$ 7.868 em dezembro de 2021) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 52.631 (R\$ 36.986 em dezembro de 2021) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos do Grupo.

b. Processos de natureza trabalhista

Os principais objetos em discussão versam sobre pedidos que envolvem jornada, equiparação salarial, danos morais, verbas rescisórias entre outros.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui R\$ 30.425 (R\$ 39.487 em dezembro de 2021) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 70.703 (R\$ 64.844 em 31 de dezembro de 2021) baseado em precedentes e/ou jurisprudências.

c. Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2022, o total de débitos tributários, que são classificados como perda provável, perfaz o montante de R\$ 517.573 (R\$ 572.076 em 31 de dezembro de 2021).



Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Há outras discussões que envolvem ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal.

O Grupo realizou o pagamento do auto de infração que discutia o IPI revenda, no valor de R\$ 28.318, inicialmente provisionado em dezembro de 2020, por meio da utilização de créditos de PIS/COFINS.

Houve também reversão de um dos casos de ICMS discutidos em São Paulo, no valor de R\$ 59.043, diante do êxito obtido na ação judicial perante o STJ no que toca à discussão de decadência.

Passivos contingentes

Processos federais

Os processos federais em que o Grupo figura no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante de R\$ 463.973 (R\$ 419.602 em dezembro de 2021), conforme avaliação dos assessores jurídicos do Grupo, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

Imposto	31/12/2022	31/12/2021
FGTS (a)	95.932	91.467
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b)	95.380	88.890
IRPJ e CSLL (c)	116.741	99.316
PIS / COFINS (d)	32.664	29.798
IOF (e)	8.072	7.484
INSS (f)	95.968	85.416
Outros (g)	19.216	17.231
Total	463.973	419.602

- (a) **FGTS** - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R\$ 95.932.
- (b) **PIS/COFINS/IRPJ e CSLL** - Existem discussões no montante de R\$ 38.875 (R\$ 36.688 em 31 de dezembro de 2021) por declarações retificadas e ainda não homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). Existe também a discussão no montante de R\$ 54.966 (R\$ 50.718 em 31 de dezembro de 2021) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB. Discute-se, ainda, o montante de R\$ 1.539 (R\$ 1.484 em 31 de dezembro de 2021) referente à multa agravada.
- IRPJ e CSLL** – O Grupo possui discussões no montante de R\$ 42.259 (30.979 em 31 de dezembro de 2021) sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011, a título de incentivos fiscais e dos ajustes de estoque, ocorridos nos períodos de 2009 e 2010, além de discussões referentes à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, compensações não homologadas, entre outros. Discute também o montante de R\$ 74.482 (R\$ 68.338 em 31 de dezembro de 2021), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos fiscais.
- (c) **PIS/COFINS** - Discute-se o montante de R\$ 5.937 (R\$ 5.417 em 31 de dezembro de 2021), referente a divergências apuradas de PIS/COFINS por alegadas faltas de pagamentos e multa pela não homologação de pedidos de compensação, em relação a discussão dos incentivos fiscais das



competências de 2009 a 2011, considerados como subvenção para investimento e possibilidade de dedução da base de cálculo houve êxito no processo administrativo. Tem-se, ainda, o montante de R\$ 26.727 (R\$ 22.429 em 31 de dezembro de 2021) acerca de compensações não homologadas realizadas nos períodos entre 2008, 2012 a 2017, em razão de supostas divergências nas declarações.

Ainda, em relação à operação das controladas do Grupo SBF, SBF Comércio e FISIA, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R\$ 33.393 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 28.483 em 31 de dezembro de 2021).

- (d) **IOF** – Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico, do período de 2014 e 2015.
- (e) **INSS** - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R\$ 2.880 (R\$ 906 em 31 de dezembro de 2021). Discute-se, ainda, o montante de R\$ 93.088, referentes às compensações não homologadas e multa, relativos a créditos de verbas previdenciárias de 2013 a 2022.
- (f) **Outros** - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e II, entre outras discussões, que perfazem o montante de R\$ 19.216 (R\$ 17.540 em 31 de dezembro de 2021).

Processos estaduais

O Grupo é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração do Grupo decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados.

Além dos valores já provisionados com prognóstico de perda provável, em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui 18,3% (15,9% em 31 de dezembro de 2021) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos para cobrança de Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL), cujos débitos estão garantidos através de depósitos judiciais em ações ativas e processos de cobrança de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R\$ 380.944 (R\$ 301.585 em 31 de dezembro 2021), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis.

Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pelo Grupo considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual





Processos municipais

O Grupo possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 4.528 (R\$ 5.418 em 31 de dezembro de 2021), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema – MG para os períodos de 2014 a 2016.

Contingências restituíveis

Existem no contrato de aquisição entre a Companhia e a controlada Fisia, contingências trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como perda possível, conforme análise dos assessores jurídicos do Grupo, as quais podem ser restituíveis, caso venha a ter desembolso de caixa para esses processos. Sendo assim, nos termos do CPC 15 - Combinação de negócios, estas contingências devem ser provisionadas para fins de alocação de preço assumidas pelo Grupo em decorrência do contrato de aquisição da operação Fisia, totalizando um valor original de R\$ 33.660 que será mantida até a sua resolução na empresa controlada. Essas contingências são passíveis de indenização integral do saldo por parte da Nike Inc. e, portanto, há o registro de ativo indenizatório apresentado na rubrica de "outros valores a receber" de igual valor. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de contingências restituíveis é de R\$ 33.823 (R\$ 34.633 em 31 de dezembro de 2021). Tais contingências foram mensuradas de maneira que representem o maior valor entre o montante pelo qual esse passivo seria reconhecido, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e o montante pelo qual o passivo foi inicialmente reconhecido.

14. INVESTIMENTOS E PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS

14.1 Política contábil

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, inputs e processos substantivos que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar outputs.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado no mínimo anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais





contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

(ii) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(iii) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(iv) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.



(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(vi) Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

14.2 Composição

	31/12/2022	31/12/2021
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	2.205.672	900.154
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	-	1.854.009
VBLOG Logística e transportes Ltda.	28.122	6.813
Store Engenharia e Instalações Ltda.	-	(282.606)
Pine Adm. De Bens e Participações Ltda.	-	(72.539)
Network Participações SA.	64.450	65.723
Premier Dist. de Vest., Calç. Egiptos e Acess. Ltda.	(24.213)	-
Subtotal	2.274.031	2.471.554
Outros - Contingências Indenizáveis	-	(34.634)
Total	2.274.031	2.436.920
Composição		
Investimentos	2.298.244	2.792.065
Passivo a descoberto em controladas	(24.213)	(355.145)
Total	2.274.031	2.436.920

SBFG

B3 LISTED NM



Apresentamos abaixo as movimentações dos investimentos em controladas:

Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência
SBF Comércio	100%	8.209.736	5.749.177	2.460.559	(255.935)	2.204.624	40.045	(95.668)	(55.623)
VBLOG Logística	100%	107.865	85.301	22.564	5.558	28.122	6.228	15.082	21.310
Store Engenharia	100%	-	-	-	-	-	(12.734)	-	(12.734)
Pine Participações	100%	-	-	-	-	-	33.537	-	33.537
Fisia Comércio	100%	-	-	-	-	-	278.636	-	278.636
Premier	100%	1.693.023	1.717.236	(24.213)	-	(24.213)	14.789	-	14.789
Network Participações	100%	21.226	12.324	8.902	-	8.902	(16.579)	-	(16.579)
Total		10.031.850	7.564.038	2.467.812	(250.377)	2.217.435	343.922	(80.586)	263.336

Movimento	Saldo em 01/01/2022	Aquisição minoritários	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Distribuição de dividendos	Amortização PPA	Equivalência	Incorporação	Mudança de controle Fisica	Saldo em 31/12/2022
SBF Comércio	900.154	-	-	18.549	-	(117)	(55.623)	-	1.342.709	2.205.672
VBLOG Logística	6.812	-	-	-	-	-	21.310	-	-	28.122
Store Engenharia	(282.606)	-	-	-	-	-	(12.734)	295.340	-	-
Pine Participações	(72.539)	-	-	-	-	-	33.537	39.002	-	-
Fisia Comércio	1.854.009	-	-	(48.172)	(442.207)	(3.212)	278.636	(295.340)	(1.343.714)	-
Premier	-	-	-	-	-	-	14.789	(39.002)	-	(24.213)
Network Participações	65.723	5.993	10.000	-	-	(687)	(16.579)	-	-	64.450
Total	2.471.553	5.993	10.000	(29.623)	(442.207)	(4.016)	263.336	-	(1.005)	2.274.031

SBFG

B3 LISTED NM



Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência
SBF Comércio	99,96%	5.553.448	4.493.770	1.059.678	(159.186)	900.154	80.310	(20.635)	59.652
VBLOG Logística	99,00%	75.292	58.956	16.336	(9.454)	6.813	13.911	(5.424)	8.402
Store Engenharia	100%	66.974	349.580	(282.606)	-	(282.606)	(36.399)	-	(36.399)
Pine Participações	100%	1	72.540	(72.539)	-	(72.539)	3.873	-	3.873
Fisia Comércio	100%	2.490.194	616.557	1.873.637	-	1.873.637	533.714	-	533.714
Network Participações	100%	14.091	4.608	9.483	-	9.483	623	-	623
Total		8.200.000	5.596.011	2.603.989	(168.640)	2.434.942	596.032	(26.059)	569.865

Movimento	Saldo em 01/01/2021	Aquisição	AFRC (*)	Aumento / Redução de Capital	Outros resultados abrangentes	Ajuste de preço	Amortização	Equivalência	Saldo em 31/12/2021
SBF Comércio	840.502	-	-	-	-	-	-	59.652	900.154
VBLOG Logística	(1.590)	-	-	-	-	-	-	8.402	6.813
Store Engenharia	(246.207)	-	-	-	-	-	-	(36.399)	(282.606)
Pine Participações	(76.412)	-	-	-	-	-	-	3.873	(72.539)
Fisia Comércio	1.661.527	-	(215.080)	(127.802)	4.146	3.207	(5.703)	533.714	1.854.009
Network Participações	-	63.493	-	4.000	-	-	(2.393)	623	65.723
Total	2.177.820	63.493	(215.080)	(123.802)	4.146	3.207	(8.096)	569.865	2.471.554

(*) AFRC – Adiantamento para futura redução de capital



15. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

15.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas do Grupo são as seguintes para o exercício corrente e comparativo:

Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros (*)	2 a 10 anos

(*) as vidas úteis destes ativos são determinadas levando em consideração a vida econômica dos itens ou o prazo do contrato de arrendamento subjacente, prevalecendo das duas a menor.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Impairment

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC – Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pelo Grupo como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados



a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

15.2 Composição

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Computadores e periféricos	20	208.628	(139.191)	69.437	54.401
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	68.839	(46.123)	22.716	17.596
Móveis e utensílios	10	272.661	(130.479)	142.182	114.803
Veículos	20	2.727	(2.727)	-	23
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14	878.704	(559.430)	319.274	229.927
Imobilizado em andamento	(a)	18.342	-	18.342	13.362
Total		1.449.901	(877.950)	571.951	430.112

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transfêrências entre rubricas	Aquisição Fitdance	Saldo em 31/12/2022
Computadores e periféricos	171.522	17.526	(468)	19.998	50	208.628
Máquinas, equipamentos e ferramentas	66.164	9.472	(376)	(6.486)	65	68.839
Móveis e utensílios	230.765	16.294	(3.426)	29.025	3	272.661
Veículos	2.727	-	-	-	-	2.727
Benfeitorias em imóveis de terceiros	747.591	48.343	(8.344)	91.114	-	878.704
Imobilizado em andamento (a)	13.362	138.631	-	(133.651)	-	18.342
Custo do imobilizado	1.232.131	230.266	(12.614)	-	118	1.449.901
Computadores e periféricos	(117.121)	(22.359)	289	-	-	(139.191)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(48.568)	(3.439)	5.884	-	-	(46.123)
Móveis e utensílios	(115.962)	(17.385)	2.868	-	-	(130.479)
Veículos	(2.704)	(23)	-	-	-	(2.727)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(517.664)	(47.620)	5.854	-	-	(559.430)
Depreciação	(802.019)	(90.826)	14.895	-	-	(877.950)
Total do imobilizado líquido	430.112	139.440	2.281	-	118	571.951

- (a) O saldo de imobilizado em andamento refere-se aos projetos de lojas que estão sendo reformadas. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis a medida que as obras se encerram e as lojas são inauguradas.

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição NWB	Saldo em 31/12/2021
Computadores e periféricos	148.328	5.855	(2.180)	18.753	766	171.522
Máquinas, equipamentos e ferramentas	67.235	803	(3.815)	1.757	184	66.164
Móveis e utensílios	198.408	935	(11.519)	42.722	219	230.765
Veículos	5.248	-	(2.521)	-	-	2.727
Benfeitorias em imóveis de terceiros	627.590	49.246	(28.976)	99.480	251	747.591
Imobilizado em andamento (a)	4.050	132.274	(841)	(122.121)	-	13.362
Custo do imobilizado	1.050.859	189.113	(49.852)	40.591	1.420	1.232.131
Computadores e periféricos	(105.873)	(12.989)	2.077	-	(336)	(117.121)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(47.121)	(4.679)	3.273	-	(41)	(48.568)
Móveis e utensílios	(108.071)	(17.192)	9.423	-	(122)	(115.962)
Veículos	(5.131)	(94)	2.521	-	-	(2.704)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(488.308)	(38.691)	14.028	(4.466)	(227)	(517.664)
Depreciação	(754.504)	(73.645)	31.322	(4.466)	(726)	(802.019)
Total do imobilizado líquido	296.355	115.468	(18.530)	36.125	694	430.112

16. INTANGÍVEL – CONSOLIDADO

16.1 Política contábil

Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio é testado para impairment anualmente em 31 de outubro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável.

O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável.

As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros.

Marcas direito e patente

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e



licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação.

Contrato de distribuição

O contrato de distribuição refere-se a alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike, mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Física. Com esta aquisição, o Grupo celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("Nike") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva.





Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares e aplicativos	5 anos
Marcas e patentes	10 - 20 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clientes	10 anos
Tecnologia	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

16.2 Composição

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.502	(11.201)	7.301	4.074
Software	20	504.701	(230.175)	274.526	193.115
Marcas direito e patente	10	7.425	(43)	7.382	5.743
Software em andamento	-	472	-	472	2.377
Contrato de distribuição	10	164.821	(34.338)	130.483	146.965
Carteira de clientes	10	4.024	(762)	3.262	1.975
Tecnologia	10	11.618	(2.130)	9.488	9.466
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		54.539	-	54.539	40.115
Total		766.102	(278.649)	487.453	403.830

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição Fitdance	Saldo em 31/12/2022
Fundo de comércio	16.058	3.249	(2.005)	1.200	-	18.502
Software (a)	365.098	134.184	(2)	4.268	1.153	504.701
Marcas direito e patente	5.930	-	(501)	-	1.996	7.425
Software em andamento	2.377	3.563	-	(5.468)	-	472
Contrato de distribuição	164.821	-	-	-	-	164.821
Carteira de clientes	2.008	-	-	-	2.016	4.024
Tecnologia	11.618	-	-	-	-	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	40.115	7.732	-	-	6.692	54.539
Custo do intangível	608.025	148.728	(2.508)	-	11.857	766.102
Fundo de comércio	(11.984)	(1.223)	2.006	-	-	(11.201)
Software	(171.983)	(58.196)	4	-	-	(230.175)
Marcas direito e patente	(187)	-	114	-	-	(43)
Contrato de distribuição	(17.856)	(16.482)	-	-	-	(34.338)
Carteira de clientes	(33)	(729)	-	-	-	(762)
Tecnologia	(2.152)	22	-	-	-	(2.130)
Amortização	(204.195)	(76.608)	2.124	-	-	(278.649)
Total do intangível líquido	403.830	72.120	(384)	-	11.857	487.453

(a) As adições refere-se substancialmente as migrações sistêmicas de ERP da SBF Comércio e da Física, veja mais detalhes demonstrada na Nota 3.9.



Composição do ágio

O ágio identificado nas aquisições, é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC's); Segue um resumo da alocação do ágio por nível de UGC:

NWB	46.850
Fitdance	6.692
Fisia	997
Total	54.539

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, o valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificados indícios de Impairment no ágio.

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição NWB	Saldo em 31/12/2021
Fundo de comércio	16.692	-	(634)	-	-	16.058
Software	265.150	99.867	(21)	-	102	365.098
Marcas direito e patente	43	5.887	-	-	-	5.930
Software em andamento	-	2.377	-	-	-	2.377
Contrato de distribuição	166.408	(1.587)	-	-	-	164.821
Carteira de clientes	-	2.008	-	-	-	2.008
Tecnologia	-	11.618	-	-	-	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	40.115	-	-	-	40.115
Custo do intangível	448.293	160.285	(655)	-	102	608.025
Fundo de comércio	(11.463)	(1.155)	634	-	-	(11.984)
Software	(129.769)	(42.152)	9	-	(71)	(171.983)
Marcas direito e patente	(43)	(144)	-	-	-	(187)
Contrato de distribuição	(1.387)	(16.469)	-	-	-	(17.856)
Carteira de clientes	-	(33)	-	-	-	(33)
Tecnologia	-	(2.152)	-	-	-	(2.152)
Amortização	(142.662)	(62.105)	643	-	(71)	(204.195)
Total do intangível líquido	305.631	98.180	(12)	-	31	403.830

A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

17.1 Política contábil

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato



transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.





O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

Pagamentos de arrendamentos variáveis

Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

17.2 Composição

O Grupo possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 25 e anos e podem ter opção de renovação.

Quantidade contratos:

Centros de distribuição	10
Edifícios administrativos	3
Veículos	55
Lojas	256
Total	324

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:



SBFG

B3 LISTED NM



Intervalo	Taxa mensal
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a. Ativo de direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.298.644	29.198	1.327.842
(+/-) Novos contratos e remensuração	287.456	-	287.456
(-) Amortização	(183.040)	(3.306)	(186.346)
(-) Baixas de contratos	-	(780)	(780)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.403.060	25.112	1.428.172

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	1.172.744	5.022	1.177.766
(+) Novos contratos e remensuração	350.208	31.976	382.184
(-) Transferência para Imobilizado	(36.125)	-	(36.125)
(-) Amortização	(183.262)	(5.237)	(188.499)
(-) Baixas de contratos	(4.921)	(2.563)	(7.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.298.644	29.198	1.327.842

b. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.460.220	30.441	1.490.661
(+/-) Novos contratos e remensuração	287.456	-	287.456
(+) Apropriação juros incorridos	129.618	1.811	131.429
(-) Pagamentos passivo de arrendamento	(257.696)	(4.690)	(262.386)
(-) Descontos obtidos	(10.108)	-	(10.108)
(-) Baixas de contratos	-	(810)	(810)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.609.490	26.752	1.636.242
Circulante	273.477	4.595	278.072
Não circulante	1.336.013	22.157	1.358.170

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	1.222.012	4.387	1.226.399
(+/-) Novos contratos e remensuração	350.208	31.976	382.184
(+) Apropriação juros incorridos	121.519	1.474	122.993
(-) Pagamentos passivo de arrendamento	(201.856)	(5.562)	(207.418)
(-) Descontos obtidos	(23.744)	(22)	(23.766)
(-) Baixas de contratos	(7.919)	(1.812)	(9.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.460.220	30.441	1.490.661
Circulante	188.881	6.680	195.561
Não circulante	1.271.339	23.761	1.295.100

SBFG

B3 LISTED NM



Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	273.477	4.595	278.072
Entre 1 e 5 anos	863.721	22.157	885.878
Mais de 5 anos	472.292	-	472.292
Grupo como arrendatário	1.609.490	26.752	1.636.242

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	188.881	6.680	195.561
Entre 1 e 5 anos	623.256	20.235	643.491
Mais de 5 anos	648.083	3.526	651.609
Grupo como arrendatário	1.460.220	30.441	1.490.661

Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo reconheceu o montante de R\$ 80.764 (R\$ 44.885 em 31 de dezembro de 2021) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme Nota 30.

c. Outras considerações

Em atendimento ao ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Passivo de arrendamento					
Contábil - IRFS 16 / CPC 02 (r2)	278.072	188.308	182.248	177.186	810.428
Fluxo com projeção de inflação	292.831	195.181	188.080	182.856	836.363
Variação	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Difeiro de uso líquido - saldo final					
Contábil - IRFS 16 / CPC 02 (r2)	1.177.177	977.271	796.184	631.819	479.020
Fluxo com projeção de inflação	1.239.685	1.012.942	821.662	652.037	494.348
Variação	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Despesa financeira					
Contábil - IRFS 16 / CPC 02 (r2)	128.418	112.838	96.733	81.177	233.859
Fluxo com projeção de inflação	135.237	116.957	99.828	83.775	241.343
Variação	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Despesa de depreciação					
Contábil - IRFS 16 / CPC 02 (r2)	216.854	200.462	181.294	164.790	633.124
Fluxo com projeção de inflação	228.369	207.779	187.096	170.064	653.384
Variação	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%





18. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO - CONSOLIDADO

18.1 Políticas contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

O Grupo oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas do Grupo. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre a instituição financeira e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), o Grupo paga à instituição financeira na data de vencimento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera significativamente os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta o Grupo com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pelo Grupo.

Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo Grupo, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, o Grupo continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

18.2 Composição

Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de mercadorias para revenda	1.186.330	762.843
Fornecedores de materiais de consumo	237.046	83.737
Subtotal	1.423.376	846.580
Operações de "risco sacado"	138.171	67.714
Total	1.561.547	914.294

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

19.1 Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.



SBFG

B3 LISTED NM



19.2 Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Capital de giro	77.232	121.485
Debêntures	191.836	77.743
Financiamento de bens	8.850	8.248
	277.918	207.476
Passivo não circulante		
Capital de giro	77.809	154.700
Debêntures	773.647	451.042
Financiamento de bens	4.188	10.560
	855.644	616.302
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	1.133.562	823.778
Passivo circulante	277.918	207.476
Passivo não circulante	855.644	616.302
Total	1.133.562	823.778





SBFG
B3 LISTED NM

As conciliações das movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 2022 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2022	Adições	Pagamento principal	Pagamento juros	Provisão juros	Amortização custo captação	Aquisição FitDance	31/12/2022
Capital de giro	276.185	-	(122.296)	(33.679)	32.800	1.631	400	155.041
Financiamento de bens	18.808	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	-	-	13.038
Empréstimos e financiamentos	294.993	2.536	(130.601)	(36.228)	35.348	1.631	400	168.079
Debêntures	528.785	496.098	(76.667)	(109.648)	124.087	2.828	-	965.483
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	823.778	498.634	(207.268)	(145.876)	159.435	4.459	400	1.133.562

As conciliações das movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 2021 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2021	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	31/12/2021
Capital de giro	365.262	-	(91.183)	(25.959)	28.065	276.185
Financiamento de bens	6.863	17.625	(5.810)	(1.232)	1.362	18.808
Empréstimos e financiamentos	372.125	17.625	(96.993)	(27.191)	29.427	294.993
Debêntures	226.762	297.211	-	(28.395)	33.207	528.785
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	598.887	314.836	(96.993)	(55.586)	62.634	823.778

Termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

	Moeda	% a.a	2022			2021		
			Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro (a)	R\$	105% CDI a.a - 100% CDI + 4,29%a.a	236.619	77.232	77.809	369.334	121.485	154.700
Financiamento de bens (a)	R\$	100% CDI + 4%a.a a 100% CDI +11%a.a	28.043	8.850	4.188	25.507	8.248	10.560
Empréstimos e financiamentos			264.662	86.082	81.997	394.841	129.733	165.260
Debêntures (b)	R\$	100% CDI + 3,4 %a.a	1.030.000	191.836	773.647	530.000	77.743	451.042
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures			1.294.662	277.918	855.644	924.841	207.476	616.302



Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía 75,48% (74,82% em 31 de dezembro de 2021) de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em 14,87% em 31 de dezembro de 2022 (12,66% em 31 de dezembro de 2021).

(a) Os empréstimos são analisados pelo Grupo e são garantidos por alienação fiduciária dos bens.

(b) Em 29 de abril de 2022, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, o Grupo contratou com instituição financeira a distribuição da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão na controlada SBF Comércio, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 500 milhões, o vencimento do contrato iniciará em abril de 2025.

Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais o Grupo vem cumprindo regularmente, inclusive na data-base destas demonstrações financeiras.

Sob os termos das principais linhas de crédito, o Grupo é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:

(a) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA).

(b) A proporção entre EBITDA e o custo de financiamento líquido (Receitas - Despesas Financeiras) não deve ser inferior a 3,5x (EBITDA/Resultado Financeiro).

O Grupo cumpriu com esses covenants durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2022, a proporção do EBITDA em relação ao custo financeiro líquido 4,1x (em 31 de dezembro de 2021 - 3,7x) e da dívida líquida em relação EBITDA 1,0x (em 31 de dezembro de 2021 - 0,4x).

Resumo dos empréstimos e financiamentos conforme vencimento

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	77.232	77.625	184	-	155.041
Financiamento de bens	8.850	3.834	354	-	13.038
Debêntures	191.836	175.043	265.797	332.807	965.483
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	277.918	256.502	266.335	332.807	1.133.562

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – CONSOLIDADO

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	45	9.829
COFINS	247	20.881
ICMS (a)	175.842	39.182
ISS	2.809	2.270
IRRF	11.485	2.701
Outros	2.256	7.834
Total	192.684	82.697



SBFG

B3 LISTED NM



- (a) A variação das obrigações tributárias de ICMS, refere-se ao fato de as controladas do Grupo SBF terem realizado, durante o ano de 2022, depósitos judiciais, em contra partida ao ICMS a recolher, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia das discussões em ações judiciais acerca da aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022.

21. IMPOSTOS PARCELADOS – CONSOLIDADO

	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamentos de tributos Estaduais	16.855	39.589
Parcelamentos de tributos Federais	95.534	112.157
Total impostos parcelados	112.389	151.746
Passivo circulante	47.030	61.056
Passivo não circulante	65.359	90.690

As movimentações dos impostos parcelados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2022	151.746
Adesão a parcelamento dos impostos	1.128
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	5.133
Parcelas pagas	(45.618)
Saldo em 31/12/2022	112.389

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não circulante	Total geral	2023	2024	2025	2026	2027 em diante
RJ	8.095	4.145	12.240	8.095	1.803	1.763	579	-
MG / SP / Outros	3.075	1.540	4.615	3.075	1.279	254	7	-
Total Estaduais	11.170	5.685	16.855	11.170	3.082	2.017	586	-
Parcelamentos ordinários	2.655	139	2.794	2.655	24	24	24	67
Refis lei 11.941	20.534	53.438	73.972	20.534	20.534	20.534	12.370	-
Outros	12.671	6.097	18.768	12.671	6.004	18	18	57
Total Federais	35.860	59.674	95.534	35.860	26.562	20.576	12.412	124
Total Parcelamentos	47.030	65.359	112.389	47.030	29.644	22.593	12.998	124

22. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS – CONSOLIDADO

22.1 Política contábil

Obrigações de benefícios de curto prazo à empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.





O Grupo não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

22.2 Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de férias e 13º salário	66.405	54.665
Provisões para participação nos lucros	71.563	48.210
Salários a pagar	25.259	23.972
Obrigações com pessoal a pagar	1.615	3.487
Contribuições a recolher	213	285
Pensão alimentícia	135	104
Obrigações trabalhistas	165.190	130.723
INSS a recolher	18.848	20.801
FGTS a recolher	5.745	2.885
INSS retido a recolher	2.068	3.111
Obrigações previdenciárias	26.661	26.797
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	191.851	157.520

23. DIVIDENDOS

23.1 Política contábil

Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

23.2 Composição

a) Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, foram apurados R\$ 33.085 de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	2022	2021
Resultado do exercício	205.017	498.157
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	(309.750)
(-) Reserva legal - 5%	(10.251)	(9.420)
(-) Reserva incentivos fiscais	(62.426)	(64.439)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	132.340	114.548
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	33.085	28.637

b) Dividendos a receber

	Controladora
Saldo em 31.12.2021	-
Dividendos propostos Fisica - 2021	202.924
Recebimento de dividendos Fisica	(202.924)
Dividendos intermediários Fisica - 2022	239.283
Recebimento de dividendos Fisica	(3.527)
Saldo em 31.12.2022	235.756





Para a demonstração dos fluxos de caixa, os dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Investimentos”.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

24.1 Política contábil

As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais o Grupo mantém contratos na forma da legislação vigente.

24.2 Composição

Controladora

Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente com empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue:

Os valores da controladora estão sendo apresentados na nota 7, contas a receber.

Ativo circulante - Outras contas a receber	31/12/2021	Incorporação	Adição	31/12/2022
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	153	(153)	-	-
Store Engenharia e Instalações Ltda.	28.193	(28.193)	-	-
Fisia Com. Produtos Esportivos S.A.	-	28.346	2.139	30.485
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	-	-	-	-
Total	28.346	-	2.139	30.485

Passivo circulante – outras contas a pagar	31/12/2021	Captações	Pagamentos	31/12/2022
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	154	4	(158)	-
Total	154	4	(158)	-

Operações compra e venda de mercadorias e fretes - As controladas SBF Comércio, Premier e Fisia efetuam operações de compra e venda com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A controlada VBLOG Logística e transportes Ltda. é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo. Essa operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF e a Vblog e a Fisia e a Vblog, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes.

Aluguéis - A controlada SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para as controladas Vblog Logística e Store Engenharia do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados.

Rateio administrativo - A controlada SBF Comércio possui um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as controladas Premier Distribuidora, Vblog Logística, Store Engenharia, Lione Comércio de Artigos Esportivos, Fisia Comércio de Produtos e Grupo SBF S.A. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo dos exercícios.

Serviços audiovisuais - As controladas Network, NeoTV e FitDance possuem contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança.





Os valores referente às transações descritas acima são demonstrados no quadro a seguir:

Transações eliminadas na consolidação

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Grupo SBF S.A	30.485	28.346	(1.351)	(154)
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	1.721.460	1.221.976	(1.799.607)	(1.228.021)
Premier Distrib. de Vest. Equipos e Acess. Ltda.	1.548.635	1.059.053	(1.663.394)	(1.217.743)
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	219.352	157.140	(68.945)	(16.720)
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	38.565	28.731	(26.065)	(4.199)
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda	-	-	-	(39)
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	-	-	-	(158)
Store Engenharia e Instalações Ltda.	-	-	-	(28.212)
NETWORK Participações S.A.	294	5.566	-	(90)
Neotv Prod E Com. De Cont. Audiovisual E Serv Digitais S.A.	303	-	-	(4.931)
Fatality Tv Prod E Com Audiovisual E Servicos Digitais S.A.	-	-	-	(275)
Acelerados Produtora E Distribuidora Audiovisual S.A.	-	90	-	(1)
Falcao Prod E Com De Cont S.A.	-	-	-	(359)
FitDance Entretenimento Ltda.	268	-	-	-
Total	3.559.362	2.500.902	(3.559.362)	(2.500.902)

(a) As principais transações eliminadas na consolidação referem-se a operações de compra e venda entre as controladas SBF, Premier e Fisia, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil.

	Compras		Vendas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(2.985.059)	(2.256.251)	2.515.699	1.877.938
Premier Distrib. de Vest. Equipos e Acess. Ltda.	(2.515.699)	(1.877.938)	2.558.730	1.903.916
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(720)	(12.413)	427.049	364.748
Total	(5.501.478)	(4.146.602)	5.501.478	4.146.602

	Fretes e Carretos		Aluguéis	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(58.689)	(48.319)	69	38
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	71.627	60.611	(723)	(26)
Store Engenharia e Instalações Ltda.	-	-	(14)	(12)
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(12.938)	(12.292)	668	-
Total	-	-	-	-

	Serviços audiovisual		Rateio administrativo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Grupo SBF S.A	-	-	-	(823)
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(2.274)	(1.254)	113.117	56.363
Premier Distrib. de Vest. Equipos e Acess. Ltda.	-	-	(565)	(10.822)
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	-	-	(37.050)	(29.604)
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda	-	-	(1)	(118)
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	-	-	(1)	(9)
Store Engenharia e Instalações Ltda.	-	-	-	(102)
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(3.049)	-	(75.500)	(14.885)
NETWORK Participações S.A.	2.274	484	-	-
Neotv Prod E Com. De Cont. Audiovisual E Serv Digitais S.A.	2.290	770	-	-
FitDance Entretenimento Ltda.	759	-	-	-
Total	-	-	-	-

Locação - A empresa VBF Empreendimentos Ltda. pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com o período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com

SBFG

B3 LISTED NM



período de vigência de 2 de junho de 2005 à 1º de dezembro de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício.

Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

Pagamento de aluguéis durante o período	31/12/2022	31/12/2021
VBLOG Logística e Transportes	38	33
Premier Distrib. de Vest. Equipos e Acess. Ltda.	62	51
SBF Comércio	23.897	19.222
Total	23.997	19.306

Remuneração ao pessoal chave da administração

A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Conselho de administração	Administração executiva	Conselho de administração	Administração executiva
Salários e pró labore	9.285	8.922	7.212	7.882
Participação nos lucros e resultados	-	7.480	-	8.365
Pagamento baseado em ações	-	8.532	96	13.100
Total	9.285	24.934	7.308	29.347

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de marketing e comunicação	-	-	32.082	19.642
Fretes / armazenagem	-	-	51.492	52.716
Provisões benefícios a empregados	-	-	10.112	5.279
Provisões gerais	39	433	29.478	13.932
Utilidades e serviços	-	-	9.030	23.467
Obrigações com aquisição de controlada (a)	139.571	315.646	139.571	315.646
Outros	20.289	1.375	8.550	23.381
Total	159.899	317.454	280.315	454.063
Circulante	4.077	301.326	140.744	437.935
Não Circulante	155.822	16.128	139.571	16.128

- (a) As obrigações com aquisição de controlada referem-se a contas a pagar relativas à aquisição da controlada Fisia no montante de R\$ 139.571 (realizada em 2020) e Grupo NWB no montante de R\$ 16.128 (realizada em 2021) que serão liquidadas de acordo com o previsto nos contratos de compra firmados entre as partes:

Aquisição Fisia – Contraprestação contingente

O Grupo concordou em pagar à vendedora contraprestação contingente mediante utilização de tributos a compensar já registrados contabilmente pela adquirida antes da aquisição, durante o período de exploração do contrato de distribuição. A redução do saldo refere-se aos pagamentos efetuados a vendedora, mediante utilização de tributos a compensar.



**Aquisição NWB**

Contas a pagar relativo a dívida diferida com a NWB que poderá ser paga em dinheiro ou ações em 5 anos após a data da aquisição. Adicionalmente há um contas a pagar depositados em garantia, para assegurar possíveis obrigações indenizatórias dos vendedores.

26. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS**26.1 Política contábil**

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

26.2 Composição**a. Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.830.524 dividido em 243.596.138 ações ordinárias e sem valor nominal e em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.823.527 dividido em 242.998.022 ações ordinárias e sem valor nominal

O controle acionário do Grupo SBF S.A, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2022:

Acionista	2022	
	Quantidade	%
Pacipar Participações Ltda.	95.930.259	39,38%
Nefele Investments, LLC	48.456.001	19,89%
GPCP I - Fundo de Inv. Part	1.185.014	0,49%
Outros	98.024.864	40,24%
Total	243.596.138	100,00%

Em 28 de julho de 2022, houve um aumento de R\$ 6.997 do capital da Controladora mediante a emissão de 598.116 ações ordinárias, nominativas escriturais, com valor nominal, em decorrência do exercício de opções de compra de ações referentes ao 1º e 2º programa de opções de 2016 e 1º programa de opções de 2019, em virtude de tal aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$ 1.823.527, dividido em 242.998.022 ações para R\$ 1.830.524, dividido em 243.596.138 ações.



b. Lucro por ação – consolidado

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Numerário básico/diluído - Controladora	2022	2021
Lucro líquido do período	205.017	498.157
Média ponderada de ações ordinárias	243.248	242.998
Resultado básico por ação - R\$	0,84	2,05
Lucro líquido do período	205.017	498.157
Média ponderada de ações ordinárias	243.248	242.998
Opções exercidas não integralizadas	976	945
Aumento das ações ordinárias como resultado do plano de opção de compra de ações	9.026	10.062
Resultado diluído por ação - R\$	0,82	1,98

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Companhia, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva incentivos fiscais

O Grupo estabeleceu centros de distribuição nos Estados da Paraíba e Minas Gerais, onde foi concedido incentivos fiscais pelo governo local, que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida.





Os incentivos também determinam que a empresa Premier não tem direito aos saldos credores sobre a compra de produtos posteriormente vendidos fora desses estados, de modo que esses valores se tornam impostos não recuperáveis e aumentam o custo das vendas. A Nota 28 destas demonstrações financeiras apresenta o impacto destes incentivos nas receitas líquidas.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias – ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 somaram o montante de R\$ 187.887 (R\$ 116.957 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021). Os impostos não-recuperáveis de ICMS, contabilizados na rubrica de custo das vendas e serviços prestados, somaram o montante de R\$ 1.138 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.421 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021).

Devido ao lucro apurado no exercício corrente, houve a constituição desta reserva no montante de R\$ 62.426 (R\$ 64.439 em 31 de dezembro de 2021). Não houve a destinação integral dos incentivos gerados no exercício de 2022, pois a controlada SBF Comércio não gerou lucro o suficiente para destinar 100% do seu lucro como reserva de incentivo.

Os recursos promovidos pelos incentivos fiscais não serão distribuídos como dividendos e serão incorporados às reservas a medida da geração de lucro líquido pela Companhia.

e. Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2022 houve a constituição desta reserva no montante de R\$ 99.255 (R\$ 85.911 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021).

27. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES – CONSOLIDADO

27.1 Política contábil

O objetivo desses “Planos” é atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas, indicados pelo Conselho de Administração.

Como a Companhia tem as suas ações listadas e negociadas em bolsa de valores, o preço de exercício será equivalente à média ponderada, por volume negociado, dos 90 (noventa) pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração.

Em setembro de 2013, a Companhia instituiu o pagamento baseado em ações para os seus colaboradores, como contraprestação aos serviços prestados, remunerados por instrumentos de patrimônio líquido (opções de compra), regulados por contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações para cada beneficiário. Em 22 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2015 (“Programa 2015”). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2016 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Programa 2016”). No dia 20 de setembro de 2019, foi aprovado o primeiro plano de compra de ações de 2019 e no dia 05 de novembro de 2019, o segundo plano de 2019 (“Programa 2019”).





Em dezembro de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Opção de Compra de Ações, ou “Plano 2016”. Para as outorgas feitas sob este Plano, foi definido que serão compostas por 5 lotes, cada um possuindo 20% do total de opções outorgadas ao participante. A cada ano, após a data de outorga, um dos lotes se tornará exercível, estando todas as opções outorgadas disponíveis para exercício após 5 (cinco) anos da data de outorga. Além disso, é obrigatória aos participantes a utilização de não menos do que 50% (cinquenta por cento) da gratificação anual a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes (“PLR”) para exercer opções disponibilizadas sob as regras deste Plano a cada ano, sob pena de cancelamento de todas as opções vestidas até aquela data. Por fim, o prazo contratual para o exercício das opções de cada lote é de 8 anos a contar do fim do período de carência.

O Primeiro Programa do Plano de 2016 (“2016 - Primeiro Programa”) foi outorgado em dezembro de 2016, quando a Companhia ainda não havia aberto seu capital na bolsa de valores. O preço de exercício definido foi de R\$ 4,00. O segundo programa (“2016 - Segundo Programa”), outorgado em outubro de 2019, teve seu preço de exercício definido para refletir o preço de IPO da Companhia.

Também em 2019, conforme comunicado através de fato relevante ao mercado, o Conselho aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, “Plano 2019” I e II. Para as outorgas deste plano, o preço de exercício é definido pela média dos 90 pregões anteriores à aprovação, com deságio de 10%. Estas outorgas, por sua vez, são divididas em 4 lotes, sendo os dois primeiros correspondentes a 30% do total outorgado cada, e os dois últimos a 20% do total outorgado cada. O primeiro lote torna-se exercível após 24 meses da outorga, e a partir daí, a cada 12 meses outro lote se torna exercível.

Desde a aprovação do Plano 2019, foram outorgados quatro programas: um em outubro de 2019 (“2019 - Primeiro Programa”), outro em 30 junho de 2020 (“2019 - Primeiro Programa Outorga março 2020”), o terceiro em abril de 2020 (“2019 - Segundo Programa”), a última outorga de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações 2020 (“Segundo Programa 2020”), também do Plano 2019, que foi outorgado em 26 de fevereiro de 2021. Nesta mesma data também foi aprovado o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2020, o qual foi devidamente alterado em 11 de maio de 2021 (“Primeiro Programa 2020”).

Em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2022 (“Primeiro Programa 2022”). Esse programa pertence ao Plano 2019 do pagamento baseado em ações.

Também em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opções de Compra de Ações do ano de 2022 (“Segundo Programa 2022”). No qual também pertence às regras do “Plano 2019”. Ressaltando que o mesmo programa teve duas outorgas, uma em 3 de março de 2022 e outra em 16 de outubro de 2022 mantendo as regras.

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço serão atendidas, de tal forma que o valor final





reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

27.2 Composição

Abaixo se encontram os demonstrativos das quantidades outorgadas nos Planos organizados por ano e atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como um detalhamento das premissas de cada outorga realizada nesses planos.

Programa	Saldo em 01/01/2022	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo em 31/12/2022
2016 - Primeiro programa	764.446	-	(407.604)	-	356.842
2016 - Segundo programa	1.666.086	-	(123.402)	-	1.542.684
2019 - Primeiro programa	4.293.206	-	(437.687)	(200.000)	3.655.519
2019 - Primeiro programa - outorga Março de 2020	50.000	-	(7.300)	-	42.700
2019 - Segundo programa	-	-	-	-	-
2020 - Segundo programa	330.281	-	-	-	330.281
2020 - Primeiro programa	2.550.000	-	-	-	2.550.000
2022 - Primeiro programa	-	48.000	-	-	48.000
2022 - Segundo programa - outorga Março 2022	-	300.000	-	-	300.000
2022 - Segundo programa - outorga Outubro 2022	-	200.000	-	-	200.000
Total	9.654.019	548.000	(975.993)	(200.000)	9.026.026



SBFG

B3 LISTED NM

Premissas básicas para o plano:	2016 1º Programa	2016 2º Programa	2019 1º Programa	2019 2º - Outorga março de 2020	2019 2º Programa	2020 1º Programa*	2020 2º Programa	2022 1º Programa	2022 2º Programa - março 2022	2022 2º Programa - agosto 2022
Modelo de precificação	Black-Scholes	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Dividend yield	5,00%	1,31%	0,00%	1,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Volatilidade média anualizada esperada	23,63%	34,96%	50,24%	50,24%	76,00%	61,72%	47,08%	50,99%	63,72%	60,56%
Taxa livre de risco	11,37%	5,96%	6,19%	6,19%	6,00%	7,78%	6,00%	11,87%	11,45%	11,37%
Preço de exercício	3,88	19,59	18,21	18,21	20,62	30,09	26,25	22,16	22,28	21,58
Preço da ação considerado	8,83	20,97	29,20	29,2	27,23	29,20	26,25	23,28	21,90	23,27
Prazo esperado do exercício	5,17 anos	5,33 anos	5,48 anos	8 anos	8 anos	4,57 anos	5 anos	1,5 anos	5,08 anos	4,62 anos
IGP-M	NA	4	4	3,50	3,70	NA	NA	NA	NA	NA
Preço da opção na data da concessão por ação	2,05	11,33	10,55	14,49	14,18	11,61	11,61	29,20	21,90	21,39



28. RECEITAS LÍQUIDAS – CONSOLIDADO

28.1 Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

- **Venda de mercadorias no varejo:** O Grupo opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro.
- **Venda de mercadorias no atacado:** O Grupo opera como a distribuição dos produtos da marca “NIKE” em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle, a propriedade e respectivos benefícios de um produto para o cliente. Isso ocorre quando o cliente esteja de acordo com o contrato de venda e os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados pelo cliente no centro de distribuição.

Os produtos NIKE podem ser vendidos com desconto por volume. Nessas situações, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes.

- **Venda de mercadorias por meio do e-commerce:** O Grupo opera com comércio eletrônico por meio dos sites centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador.
- **Prestação de serviços logísticos:** O Grupo reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes e fornecedores no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG Logística e Transporte Ltda. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e se conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
- **Prestação de serviços audiovisual:** As controladas do Grupo SBF possuem também como atividade o desenvolvimento de atividades na área de comunicação social, incluindo, mas não se limitando a filmagens em geral, elaboração e edição de vídeos, produção e distribuição audiovisual na internet e comercialização de espaços publicitários. O Grupo reconhece a receita ao longo do tempo, utilizando o método de insumo para mensurar o progresso que melhor reflita o seu desempenho, portanto, as receitas são reconhecidas com base nos esforços do Grupo para a satisfação da obrigação de performance.



- **Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade** : A FitDance reconhece receitas com cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo os pagamentos realizados por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato.
- **Subvenção governamental**: o Grupo realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais.

As subvenções têm o objetivo de compensar o Grupo por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas.

Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico e crédito presumido nas transações comerciais entre empresas do grupo nesses estados.

A partir de 1º de julho de 2021, o Grupo efetuou a migração das operações do e-commerce da controlada Fisia (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pelo e-commerce são realizadas com crédito presumido de ICMS.

No 4º trimestre de 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permanece com a sistemática de crédito presumido de ICMS.

28.2 Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta		
Venda de mercadorias	7.811.634	6.472.751
Prestação de serviços	142.970	97.406
Impostos incidentes		
Venda de mercadorias	(1.765.399)	(1.386.376)
ICMS - Incentivo fiscal (Nota 26i)	187.887	116.957
Prestação de serviços	(17.627)	(9.712)
Devoluções		
Venda de mercadorias	(98.758)	(175.738)
Reservas e Provisões	-	(4.826)
Receita líquida de vendas	6.260.707	5.110.462

Canais de Venda

A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas), atacado (distribuição produtos Nike) e e-commerce está apresentada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Varejo (lojas físicas)	3.697.648	3.129.120
Atacado	1.444.709	1.457.866
E-Commerce	2.669.277	1.885.765
Receita Bruta	7.811.634	6.472.751

Região Geográfica

Em termos de região geográfica, as vendas do Grupo estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	31/12/2022	31/12/2021
Sudeste	4.916.122	4.284.205
Sul	1.097.084	779.630
Nordeste	1.005.663	826.361
Centro - Oeste	544.514	414.692
Norte	248.251	167.863
Receita bruta de vendas	7.811.634	6.472.751

Sazonalidade trimestral da receita líquida

O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso do Grupo, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida nos exercícios encerrados em 31 de dezembro.

	31/12/2022	31/12/2021
1º Trimestre	1.344.627	812.836
2º Trimestre	1.463.007	1.122.846
3º Trimestre	1.469.980	1.491.316
4º Trimestre	1.983.093	1.683.464
Receita líquida de vendas	6.260.707	5.110.462

29. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS – CONSOLIDADO

29.1 Política contábil

Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo das vendas e dos serviços prestados.

29.2 Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Custo da revenda de mercadorias	(3.239.209)	(2.718.128)
Custo dos serviços prestados	(27.349)	(18.907)
Custos de serviços de produção audiovisual	(53.217)	(21.816)
Total	(3.319.775)	(2.758.851)

30. DESPESAS POR NATUREZA

Despesas com vendas	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(605.663)	(490.269)
Depreciação e amortização	(83.322)	(76.837)
Amortização de direito de uso	(162.256)	(136.576)
Serviços de terceiros	(285.337)	(236.686)
Publicidade e propaganda	(447.158)	(236.900)
Utilidades e serviços	(192.582)	(164.617)
Comissão de cartão	(90.351)	(74.128)
Ocupação	(87.345)	(60.356)
(-) Descontos sobre arrendamentos	8.451	23.610
Contencioso	35.949	2.909
Outras despesas	(118.775)	(79.000)
Total das despesas com vendas	(2.028.388)	(1.528.850)

Despesas administrativas	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(224.753)	(120.377)
Depreciação e amortização	(80.136)	(56.587)
Amortização de direito de uso	(21.984)	(31.967)
Serviços de terceiros	(87.682)	(78.273)
Publicidade e propaganda	(16.296)	(1.547)
Utilidades e serviços	(65.173)	(46.222)
Ocupação	(3.525)	(8.294)
(-) Descontos sobre arrendamentos	1.657	155
Contencioso	11.059	(20.054)
Outras despesas	(21.697)	(24.728)
Total das despesas administrativas	(508.530)	(387.894)

31. RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

31.1 Políticas contábil

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

31.2 Composição

Receitas e despesas são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos:

Receitas financeiras	31/12/2022	31/12/2021
Varição cambial ativa	134.350	109.303
Juros e multas recebidos	1.485	851
Atualização monetária de impostos	53.902	49.043
Receitas de aplicações financeiras	49.136	14.075
Ajuste a valor presente (AVP)	-	3.294
Atualização monetária de depósitos judiciais	15.453	5.961
Descontos obtidos	67	70
Juros sobre operações de mútuo	48	-
Outras	-	2.454
Total receitas financeiras	254.441	185.051
Varição cambial passiva	(114.034)	(103.622)
Juros de arrendamento mercantil	(127.402)	(115.379)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(5.133)	(24.983)
Juros sobre empréstimos, financiamentos	(35.348)	(27.781)
Juros sobre debêntures	(124.087)	(31.379)
Juros sobre atraso de impostos	(10.699)	(28.901)
Ajuste a valor presente (AVP)	-	(1.719)
Tarifas e taxas bancárias	(7.422)	(8.322)
Juros sobre pagamentos em atrasos	(826)	(2.984)
Impostos sobre operações financeiras	(3.344)	(1.529)
Juros sobre desconto de duplicatas	(466)	(30)
Outras despesas financeiras	(13.686)	(19.089)
Juros sobre contencioso	4.383	(11.427)
Total despesas financeiras	(438.064)	(377.145)
Despesas Financeiras líquidas reconhecidas no resultado	(183.623)	(192.094)

32. COMPROMISSOS

O Grupo SBF possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pelo Grupo como remuneração para serviços pós-combinação em conformidade com o CPC – 15 Combinação de negócios. Tal contraprestação é composta por parcelas de *Earn-Out* e parcela de *Outperform*, desde que, sejam atingidas certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidas entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da Fitdance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato.

33. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo SBF e suas controladas mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo SBF e suas controladas tinham cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Veículos	Frota de veículos	R\$ 500
Transportes	Transportes nacionais	R\$ 13.400.000
Transportes	Transportes internacionais	US\$ 300.000
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R\$ 50.000
Responsabilidade cível	Directors & Officers	R\$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R\$ 660.000

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. O Grupo SBF e suas controladas avaliaram os impactos desta decisão e concluíram que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

* * *

Pedro Zemel
CEO

José Luís Salazar
CFO

Patrícia Vieira
CRC 1SP232718/O-2

SBFG

B3 LISTED NM



RELATÓRIO RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria da Grupo SBF S.A. (“Companhia”) foi criado e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 (“Comitê”).

O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 e alterado em 03 de março de 2021, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”) e na legislação em vigor (“Regimento Interno”).

O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiros.

O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) ao menos 1 (um) conselheiro independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação em vigor.

2. ATIVIDADES DO COMITÊ NO EXERCÍCIO

Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Comitê de Auditoria realizou reuniões para aprovação dos resultados trimestral, que contaram com a presença de seus membros, com o objetivo de acompanhar a evolução do negócio durante o exercício social.

3. PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das informações trimestrais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Membros

Luiz Alberto Quinta

Luiz Carlos Nannini

Pedro Wagner Pereira Coelho





DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Diretor Presidente, Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, autorizando sua conclusão nesta data.

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitido nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Diretor Presidente, Financeiro e de RI.

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas do Grupo.

São Paulo, 01 de março de 2023

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente

José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Paula Nader – Diretora de Marketing

Ari Carmona Junior – Diretor Geral de Inovação e Tecnologia

Diego Freitas – Diretor de Logística

Melissa Guimarães – Diretora de Recursos Humanos



Certificate Of Completion

Envelope Id: 0143D15BEAE84F1B96363F76748056AB
 Subject: Complete with DocuSign: GRUPOSBF22.DEZ.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Source Envelope:
 Document Pages: 108
 Certificate Pages: 8
 AutoNav: Enabled
 Enveloped Stamping: Enabled
 Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed
 Envelope Originator:
 Pedro Tintilio
 Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca
 São Paulo, SP 05001-100
 pedro.tintilio@pwc.com
 IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original 02 March 2023 16:00	Holder: Pedro Tintilio pedro.tintilio@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 02 March 2023 16:08	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Leandro Ardito
 leandro.ardito@pwc.com
 PwC BR
 Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
 Signature Type: ICP Smart Card
 Signature Issuer: AC SERASA RFB v5
Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

 0123079E290F40B...
 Signature Adoption: Uploaded Signature Image
 Using IP Address: 134.238.160.120

Timestamp

Sent: 02 March 2023 | 16:05
 Viewed: 02 March 2023 | 16:07
 Signed: 02 March 2023 | 16:08

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Fabio Lara fabio.lara@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Accepted: 04 August 2022 11:00 ID: 0d473710-98a4-443b-b55b-3a61995ac95c Company Name: PwC	COPIED	Sent: 02 March 2023 16:05
Gustavo Cardoso gustavo.c.cardoso@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 02 March 2023 16:05

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
--------------------	--------	-----------

Electronic Record and Signature Disclosure:
Accepted: 21 March 2022 | 21:09
ID: ed2ecb0b-fdbe-41aa-bbd2-24686194a7b5
Company Name: PwC

Juliana Baronian
juliana.baronian@pwc.com
PwC BR

COPIED

Sent: 02 March 2023 | 16:05

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Pedro Tintilio
pedro.tintilio@pwc.com
Audit Manager
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Ltda.

COPIED

Sent: 02 March 2023 | 16:08
Viewed: 02 March 2023 | 16:08
Signed: 02 March 2023 | 16:08

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Rodrigo Marcatti
rodrigo.marcatti@pwc.com
Diretor
PwC BR

COPIED

Sent: 02 March 2023 | 16:05

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	02 March 2023 16:05
Certified Delivered	Security Checked	02 March 2023 16:07
Signing Complete	Security Checked	02 March 2023 16:08
Completed	Security Checked	02 March 2023 16:08

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------

Electronic Record and Signature Disclosure
--

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.